

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

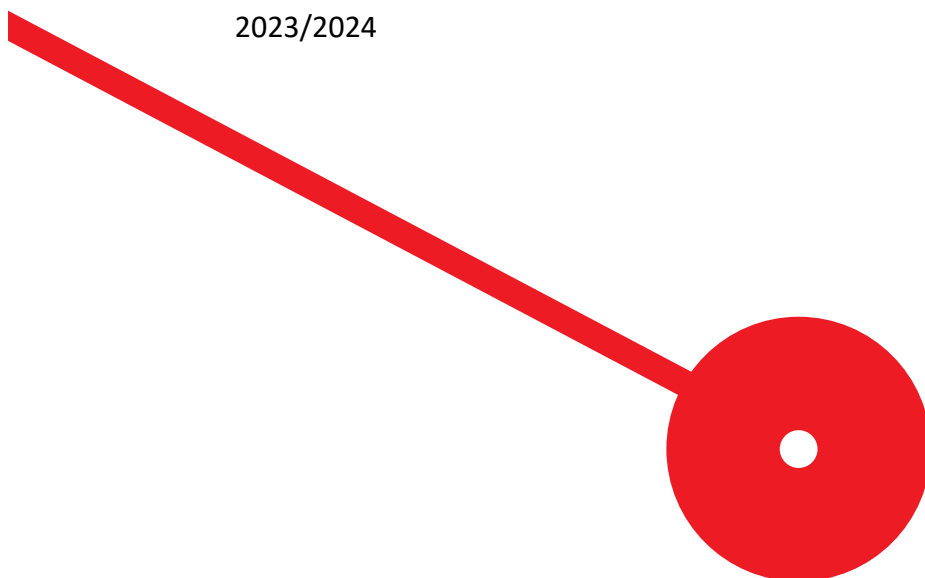
M MESTRADO
Auditoria

Relatório de Estágio Auditoria – HLB SVTM

Rita Ferreira De Sousa

VERSÃO FINAL (ESTA VERSÃO CONTÉM AS CRÍTICAS E SUGESTÕES DO
JÚRI)

2023/2024



Relatório de Estágio Auditoria – HLB SVTM

Rita Ferreira De Sousa

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias

Agradecimentos

A todos que tornaram possível a realização deste estágio, o meu sincero agradecimento. Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora na sociedade, a Dra. Maria da Piedade Vaz, pelo seu constante acompanhamento, apoio incansável, exigência e pelos valiosos conhecimentos que compartilhou comigo ao longo desta jornada.

Aos dedicados colaboradores da equipa a que pertenci na empresa, que generosamente compartilharam os seus conhecimentos e me proporcionaram paciência, dedicação, disponibilidade e força. A boa disposição, compreensão, respeito e amizade foram fundamentais nesta etapa crucial da minha vida.

À minha supervisora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Professora Alcina Augusta Sena Dias Portugal, agradeço pela sua disponibilidade e exigência ao longo de todo o estágio, assim como aos demais docentes que contribuíram para o meu sucesso académico.

À empresa auditada, quero destacar a colaboração valiosa de vários departamentos, que me permitiram ter acesso aberto à informação necessária para a elaboração deste relatório. A sua disposição em auxiliar foi de inestimável importância, facilitando assim a realização do meu trabalho.

Gostaria também de deixar um agradecimento especial à minha família e amigos. As motivações constantes foram fundamentais para mim durante todo o estágio, assim como ao longo do meu percurso de vida pessoal, académico e profissional. Eles estiveram, e estão, sempre ao meu lado nos bons e nos maus momentos, oferecendo um apoio valioso.

Por último, mas não menos importante, deixo aqui também o meu obrigada a todas as pessoas que contribuíram para este projeto e que não são aqui mencionadas, mas que direta ou indiretamente deram o seu contributo.

A todos, muito obrigada.

Resumo

Este relatório tem como finalidade destacar as atividades realizadas durante o estágio curricular do Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, na entidade Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. (doravante SVTM).

O principal objetivo do estágio foi preparar o estagiário para a sua futura profissão, proporcionando a oportunidade de integrar uma equipa de trabalho no âmbito de auditoria externa recorrendo a um dos seus clientes, a Sociedade das Pedreiras do Marco, Lda. (doravante SPM).

Assim, neste relatório são descritas as principais atividades desenvolvidas em contexto de trabalho, quer nas instalações da SVTM, entidade acolhedora, quer nas instalações da SPM, uma das entidades auditadas.

Inicialmente, será realizado um enquadramento da Auditoria Financeira e das várias fases que a compõem e, de seguida, serão abordados temas como a sustentabilidade, o controlo interno e o risco.

O estágio curricular foi extremamente enriquecedor, proporcionando benefícios tanto pessoais quanto profissionais. O contacto direto com o ambiente empresarial, incluindo visitas à empresa auditada, e a interação com os colaboradores e sócios da SVTM foram oportunidades valiosas. Tudo isto permitiu adquirir e consolidar conhecimento prático na área de auditoria financeira, consolidando o aprendizado teórico obtido ao longo do Mestrado. Acima de tudo, foi dada a oportunidade de perceber a interdisciplinaridade das várias matérias que compõem o currículo do curso.

Palavras chave: Auditoria; Sustentabilidade; Controlo Interno; Risco;

Abstract

This report aims to highlight the activities carried out during the curricular internship of the Master's in Auditing at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, at the entity Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. (hereinafter SVTM).

The main objective of the internship was to prepare the intern for their future profession, providing the opportunity to join a work team within the scope of external auditing using one of its clients, Sociedade das Pedreiras do Marco, Lda. (hereinafter SPM).

Therefore, this report describes the main activities carried out in a work context, either at the facilities of SVTM, the host entity, or at the facilities of SPM, one of the audited entities.

Initially, a framework will be provided for the Financial Audit and the various phases that comprise it, and then topics such as sustainability, internal control and risk will be addressed.

The internship was extremely enriching, providing both personal and professional benefits. Direct contact with the business environment, including visits to the audited company, and interaction with SVTM employees and partners were valuable opportunities. All of this made it possible to acquire and consolidate practical knowledge in the area of financial auditing, consolidating the theoretical learning obtained throughout the Master's degree. Above all, it was given the opportunity to understand the interdisciplinarity of the various subjects that make up the course curriculum.

Key words: Audit; Sustainability; Internal Control; Risk;

Índice geral

Capítulo I [Introdução]	1
Capítulo II – [Enquadramento Teórico]	3
1 Auditoria.....	4
1.1 Risco	9
1.2 Materialidade	10
1.3 Testes	13
1.4 Trabalho de Campo	14
2 Sustentabilidade.....	14
2.1 Relatório de Sustentabilidade nas empresas.....	17
2.2 Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (CSRD).....	18
2.3 Regulamento da Taxonomia Climática	20
2.4 Diretiva de Relato da Sustentabilidade.....	21
2.5 IFRS.....	23
3 Controlo Interno	24
3.1 Normas e ferramentas do Controlo Interno	25
3.2 Evolução do COSO	27
4 Impostos.....	32
4.1 IRS.....	32
4.2 IRC.....	32
4.3 IVA.....	34
5 Declaração Mensal de Remunerações	35
6 Reconciliações Bancárias	36
7 Regime Fiscal de Apoio ao Investimento.....	37
8 Central de Responsabilidades do Banco de Portugal	37
9 Questões de Investigação.....	37
Capítulo III – [Metodologia]	39
10 Metodologia.....	39
10.1 Qualitativa	39
10.2 Quantitativa	40
10.3 Metodologia adotada	40
11 Construção das Asserções	40
12 Modelo de Análise.....	41
Capítulo IV – [Caso Prático]	44
13 HLB SVTM - Entidade Acolhedora.....	44
14 Sociedade das Pedreiras do Marco – Entidade Auditada	46

14.1	As pedreiras	47
14.2	Presença global	48
14.3	Responsabilidade Ambiental e Social	48
14.4	A fábrica	49
14.5	Na SPM.....	49
14.6	Plano de Lavra	53
14.7	Análise de dados financeiros	54
14.7.1	Gastos com pessoal.....	54
14.7.2	Seguros de Acidentes no Trabalho	55
15	Atividades desenvolvidas em ambiente de escritório da HLB SVTM e em empresas auditadas.....	55
16	Resposta às questões de Investigação.....	64
16.1	É fundamental um bom planeamento de auditoria	65
16.2	O entendimento da materialidade pelos auditores é fundamental para garantir que os relatórios financeiros sejam justos, transparentes e capazes de fornecer uma visão precisa da situação financeira da empresa.	67
16.3	Um bom controlo interno facilita a eficiência e eficácia da auditoria.	69
16.4	A sustentabilidade empresarial não é apenas uma questão ética, é também uma estratégia de negócios inteligente que pode gerar vantagens competitivas, melhorar a reputação da marca e atrair investimentos sustentáveis.	74
17	Validação das questões de investigação	77
Capítulo V – [Conclusão]		78
18	Conclusão	79
18.1	Limitações	80
Referências bibliográficas		81
Apêndices.....		84
Apêndice I – análise de impostos.....		85
Apêndice II – análise DMR		85
Apêndice III – análise dos principais clientes.....		86
Apêndice IV – checklist validação das DF		87
Apêndice V – análise dos financiamentos		88
Apêndice VI – relatório de inventários		88
Apêndice VII – resumo processo de auditoria		89

Índice de Figuras

Figura 1 - Tipos de Risco (fonte: livro Baptista da Costa).....	10
Figura 2 - Relação entre Risco e Materialidade (fonte: livro Baptista da Costa).....	12
Figura 3 - Cubo COSO (fonte:web)	27
Figura 4 - Evolução Cubo COSO (fonte: web)	28
Figura 5 - Atualização ERM (fonte: web)	29
Figura 6 - Modelo de Análise (fonte: criação própria).....	42
Figura 7 - Personificação de granito (fonte: criação própria).....	51
Figura 8 - Personificação de granito (fonte: criação própria).....	51
Figura 9 - Máquina SPM (fonte: criação própria).....	52
Figura 10 - Análise de riscos dos trabalhadores da SPM (fonte: dossier auditoria SPM)	53
Figura 11 - Estudo da materialidade (fonte: programa auditoria ASD)	68
Figura 12 - Organograma da SPM (fonte: criação própria).....	73
Figura 13 - Estação tratamento água SPM (fonte: criação própria)	75
Figura 14 - Economia Circular na SPM (fonte: site SPM).....	75

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Ações sustentáveis nas organizações (fonte: criação própria)	16
Tabela 2 - Atualização COSO ERM (fonte: criação própria)	30
Tabela 3 - Entrega Declaração IVA (fonte: criação própria)	35
Tabela 4 - Questões de Investigação (fonte: criação própria)	38
Tabela 5 – Asserções (fonte: criação própria)	41
Tabela 6 - Características fábrica SPM (fonte: criação própria)	49
Tabela 7 - Relação entre o Volume de Negócios e os Gastos com Pessoal da SPM (fonte: criação própria)	54
Tabela 8 - Relação entre os Gastos com Pessoal e os Seguros de Acidentes de Trabalho da SPM (fonte: criação própria)	55

Lista de abreviaturas

CI – Controlo Interno

CLC – Certificação Legal das Contas

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

COSO – Committee of Sponsoring Organizations

COSO ERM - Committee of Sponsoring Organizations Enterprise Risk Management

CSRD - Corporate Sustainability Disclosure Directive

IFAC - International Federation of Accountants

IFRS - International Financial Reporting Standards

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISO – International Organization for Standardization

NFRD - Non-Financial Reporting Directive

ROC – Revisor Oficial de Contas

SCI – Sistema de Controlo Interno

SMETA – Sedex Members Ethical Trade Audit

SPM – Sociedade das Pedreiras do Marco

SVTM – Santos Vaz Trigo de Moraes

CAPÍTULO I [INTRODUÇÃO]

O trabalho apresentado consiste num relatório caracterizador das atividades desenvolvidas durante o estágio curricular, do Mestrado em Auditoria, realizado na área de Auditoria Financeira, na empresa Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda., sob a orientação da mentora, Doutora Maria Piedade Vaz, e a supervisão da Professora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias.

O estágio teve início no dia 13 de setembro de 2023, finalizado no dia 9 de janeiro de 2024, e decorreu de forma presencial, totalizando 600 horas de trabalho.

Fazer parte de uma equipa de auditores possibilitou que o trabalho realizado tivesse por base a elaboração de um dossier de auditoria, respeitante à empresa Sociedade das Pedreiras do Marco, Lda.. Este arquivo foi preparado de acordo com os procedimentos que melhor se ajustam às características da empresa. Para compilar este arquivo, foram recolhidas informações financeiras da empresa, juntamente com detalhes sobre as suas operações e estrutura organizacional. Isto permitiu compreender completamente a empresa e todo o seu contexto, incluindo todas as partes interessadas envolvidas (clientes, fornecedores, colaboradores, entre outros).

É importante salientar a interligação entre diferentes áreas de estudo que este trabalho proporcionou, envolvendo a revisão de conceitos explorados em disciplinas como Auditoria e Revisão de Contas, Contabilidade Internacional e Auditoria Tributária, todas integradas no plano de estudos do Mestrado em Auditoria. Além disso, a consulta de bibliografia externa recomendada pelos orientadores também desempenhou um papel crucial na elaboração deste relatório, fornecendo contribuições valiosas ao trabalho realizado.

Primeiramente, este relatório começará com uma introdução concisa ao tema abordado, incluindo um enquadramento teórico e uma explicação detalhada dos principais procedimentos de auditoria realizados durante o estágio curricular através de um case

study. Durante essas explicações, serão expostos os diversos documentos de trabalho elaborados em várias áreas, os quais serão encontrados nos apêndices correspondentes.

CAPÍTULO II – [ENQUADRAMENTO TEÓRICO]

1 Auditoria

Conforme afirmado por Baptista da Costa (2010), a auditoria envolve a análise das demonstrações financeiras de uma entidade, resultando na formulação de uma opinião sobre esses documentos. A perspectiva dos auditores terá impacto nas decisões tomadas por diferentes usuários da informação financeira, tais como investidores, acionistas, colaboradores, entre outros.

A *auditoria externa ou financeira* é a análise à informação disponibilizada pelas entidades por parte de auditores externos, sendo emitida a respetiva opinião sobre a forma de Certificação Legal de Contas pelo Revisor Oficial de Contas.

Esta auditoria foi motivada pela procura das entidades em reforçar a confiança associada à informação financeira divulgada, e não com o propósito de identificar fraudes, conforme presumido por alguns usuários da informação financeira ou pelas próprias entidades sob análise.

Assim, o objeto da auditoria externa são as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e tem como objetivo expressar uma opinião sobre esta por parte de um profissional competente e independente, que é o auditor.

Atualmente considera-se que existem diversas pessoas envolvidas nas demonstrações financeiras, como: as que a preparam, as que a auditam, as que a analisam e as que a utilizam.

De todas estas pessoas, são sem dúvida as últimas, ou seja, os utilizadores, as que devem ser privilegiadas uma vez que esperam que as demonstrações financeiras, como parte que são da informação financeira em termos gerais, sejam preparadas com o fim de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas, como por exemplo:

- decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- avaliar a curadoria (stewardship) ou a responsabilidade (accountability) da gestão;
- avaliar a capacidade da empresa de pagar remunerações e de proporcionar outros benefícios aos seus empregados;

- avaliar a segurança das quantias emprestadas à empresa;

A IFAC, através da **ISA 200**, refere que o objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras". A mesma ISA estabelece ainda que ao realizar uma auditoria de demonstrações financeiras, os objetivos globais do auditor são:

- obter uma segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, seja devido a fraude ou a erro, permitindo-lhe, portanto, expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável; e
- relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar conforme exigido pelas ISA, de acordo com as suas constatações.

De acordo com Baptista da Costa, para a realização de uma auditoria há que seguir diversos "passos" a que uns autores chamam as fases da auditoria e outros o processo da auditoria.

Em cada uma das fases há que executar um conjunto ordenado, sequencial e sistemático de procedimentos podendo os mesmos variar em função da natureza do trabalho (auditoria, revisão limitada, etc.) e, conseqüentemente, do tipo de segurança ou garantia de fiabilidade proporcionado pelo auditor.

A **primeira fase** do trabalho tem a ver com a aceitação ou a continuação, por parte do auditor, do cliente que necessita que as suas demonstrações financeiras sejam auditadas.

De seguida, o auditor inicia a **segunda fase**, a qual consiste em planear a respetiva auditoria.

Durante a **terceira fase**, o auditor terá de obter todas as provas de auditoria que entende serem indispensáveis para o que terá de realizar os respetivos testes de auditoria.

A **quarta fase** consiste na obtenção das conclusões resultantes do trabalho efetuado.

Finalmente, a *quinta e última fase* está relacionada com a emissão de relatórios, sendo o mais importante a certificação legal das contas/relatório de auditoria, na qual o auditor expressa a sua opinião sobre a forma como as demonstrações financeiras apresentam, numa determinada data e relativamente a um determinado período, a posição financeira, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa da entidade auditada.

Embora haja diversas interpretações do conceito de auditoria, todas estão intrinsecamente ligadas à análise das demonstrações financeiras. É crucial ressaltar que o auditor não pode assegurar de maneira absoluta a ausência de distorções significativas ou mesmo de fraudes por parte da entidade auditada.

Em certas circunstâncias, as próprias entidades podem ocultar informações cruciais que indicariam atividades ilícitas ou a falta de conformidade com as normas vigentes. Essas omissões frequentemente surgem devido a conflitos de interesses entre diferentes partes envolvidas. A complexidade desse cenário destaca a importância da independência e confiabilidade do auditor.

Os auditores desempenham um papel crucial na melhoria da compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade da informação financeira. A sua função é essencial para garantir que os dados financeiros sejam comunicados de maneira apropriada, proporcionando uma representação precisa e adequada da realidade.

Em termos gerais podemos afirmar que todo e qualquer tipo de informação deve ser credível de forma a que as pessoas a quem a mesma se destina possam dela retirar conclusões.

Através do “*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*” publicado pelo IASB, procura-se alcançar 4 níveis distintos, mas interligados entre si:

- **Compreensibilidade (understandability)**

A informação financeira proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos utilizadores, o que pressupõe que estes tenham não só

um conhecimento razoável dos aspectos empresariais, econômicos e contábilísticos como também vontade de estudar a referida informação com a necessária diligência. Saliente-se, contudo, que não deve ser excluída das demonstrações financeiras qualquer informação acerca de matérias complexas exclusivamente na base de que a mesma seja demasiado complicada e difícil para a compreensão de certos utilizadores.

- **Relevância (relevance)**

A importância da informação manifesta-se quando esta impacta as decisões económicas dos usuários, ajudando na avaliação de eventos passados, presentes ou futuros, além de confirmar ou corrigir análises anteriores. Os aspectos preditivos e confirmatórios da informação estão intrinsecamente ligados, e a capacidade de fazer previsões a partir de demonstrações financeiras históricas é aprimorada pela apresentação detalhada das operações e eventos passados.

A relevância da informação é influenciada pela natureza e materialidade, havendo casos em que a natureza da informação por si só é suficiente para determinar a sua importância. A informação é considerada material quando a sua omissão ou imprecisão pode afetar as decisões económicas dos usuários baseadas nas demonstrações financeiras.

- **Fiabilidade (reliability)**

A informação financeira confiável deve retratar com precisão as operações e eventos que pretende representar, enfrentando desafios na identificação e valoração dessas operações. Em determinadas situações, pode ser mais apropriado não divulgar certos elementos financeiros, como o goodwill interno, enquanto em outros casos é essencial reconhecer esses elementos e revelar os riscos associados ao seu reconhecimento. A informação deve refletir a substância económica, indo além da forma legal (princípio da substância sobre a forma), mantendo neutralidade e evitando preconceitos para garantir a confiabilidade. Perante incertezas, os profissionais responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras devem aplicar a prudência, exercendo cautela ao fazer estimativas em condições incertas, sem criar reservas ocultas ou distorcer intencionalmente os números.

Além disso, para ser considerada confiável, a informação deve ser completa dentro dos limites da materialidade e do custo de preparação e divulgação.

- **Comparabilidade (comparability)**

Os utilizadores devem ser capazes de comparar:

- as demonstrações financeiras de uma empresa através do tempo, com o objetivo de identificarem tendências na posição financeira e no desempenho;
- as demonstrações financeiras de diferentes empresas, com o propósito de avaliarem de forma relativa a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira.

Nesse sentido, é fundamental que a avaliação e a exposição dos impactos financeiros de transações e eventos similares sejam realizadas de maneira uniforme em toda a empresa e ao longo do tempo. Essa uniformidade deve estender-se também de maneira consistente a diferentes empresas.

Portanto, é crucial que os usuários das demonstrações financeiras sejam informados sobre as políticas contábilísticas empregadas na elaboração desses relatórios, eventuais modificações nessas políticas (juntamente com as razões para tais alterações) e os efeitos decorrentes dessas mudanças.

No entanto, a necessidade de comparabilidade não deve ser confundida com a mera procura por uniformidade. Não se deve permitir que essa procura por uniformidade se transforme num obstáculo à implementação de políticas contábilísticas aprimoradas. A consistência não deve ser mantida se a política contábilística adotada não estiver alinhada com as qualidades qualitativas da relevância e da confiabilidade.

É importante destacar que, no que diz respeito à relevância e à confiabilidade das informações financeiras, podem existir limitações ou restrições, conforme definido no referido Framework, sendo essencialmente três: tempestividade, equilíbrio entre benefício e custo e equilíbrio entre as características qualitativas.

A divulgação tardia da informação financeira pode comprometer significativamente a sua relevância. Mesmo que haja uma possível diminuição da confiabilidade, é preferível

apresentar a informação de forma oportuna do que garantir máxima confiabilidade com considerável atraso. A crescente utilização de estimativas contabilísticas sem dúvida contribuirá para resolver essa aparente incompatibilidade entre tempestividade e confiabilidade.

O equilíbrio entre benefício e custo é mais uma restrição difusa do que uma característica qualitativa. A preocupação central é assegurar que os custos associados à divulgação da informação não ultrapassem os benefícios que esta proporciona aos usuários. Este é, necessariamente, um conceito bastante subjetivo.

Por outro lado, o balanço entre as características qualitativas é muitas vezes necessário, sendo a importância relativa das mesmas uma questão de julgamento profissional.

1.1 Risco

De acordo com Baptista da Costa (pág. 236), o risco de auditoria é uma função do risco de distorção material (isto é, o risco de que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas antes da auditoria) e do risco de deteção, ou seja, o risco de que o auditor não detete tal distorção através da realização dos seus testes e procedimentos.

O risco de distorção material compreende o risco inerente e o risco de controlo, os quais são definidos como segue na ISA 200:

- O *risco inerente* é a suscetibilidade de que uma asserção possa estar materialmente distorcida, individualmente ou quando agregada com outras distorções, antes de se tomar em consideração quaisquer controlos relacionados.
- O *risco de controlo* é o risco de que uma distorção, que possa ocorrer numa asserção e que possa ser material, individualmente ou quando agregada com outras distorções, não seja evitada ou detetada e corrigida tempestivamente pelo controlo interno da entidade.

O auditor deve identificar e determinar os riscos de distorção material a nível de cada demonstração financeira e a nível de cada asserção acerca de classes de transações, saldos de contas e divulgações.



Figura 1 - Tipos de Risco (fonte: livro Baptista da Costa)

Nesta analogia, o fluxo de líquido que sai da torneira simboliza os potenciais erros materiais. As duas peneiras representam os esforços da empresa e do auditor para evitar que esses erros se incorporem nas demonstrações financeiras. O auditor não tem meios para determinar a quantidade exata de erros existentes.

A primeira peneira representa o sistema de controlo interno implementado pela empresa. Idealmente, esse sistema deveria identificar todos os erros materiais antes que afetem as demonstrações financeiras. No entanto, há um risco de que o sistema não detete todos os erros ou que alguns erros passem despercebidos. Se alguns erros não forem detetados, isso pode indicar uma fraqueza no sistema de controlo interno; se os erros contornarem o sistema completamente, pode significar a ausência de controlo. O líquido que passa pela peneira representa os erros não identificados pelo sistema de controlo, enquanto o que escapa da peneira indica os erros que conseguem contorná-lo.

A segunda peneira representa os procedimentos de auditoria. Mesmo com controlos internos e procedimentos de auditoria para identificar distorções, existe sempre a possibilidade de que algumas delas não sejam detetadas. A essa possibilidade dá-se o nome de risco de detecção, tal como já foi referido anteriormente.

1.2 Materialidade

Numa auditoria, é praticamente impossível examinar todos os movimentos, documentos e registos ocorridos durante um período contabilístico. Por isso, é essencial desenvolver um método para obter informações sobre a situação económica, financeira e operacional da empresa.

Nesse contexto, surge o conceito de *materialidade*, que indica a importância de um evento específico no meio de uma variedade de operações. Materialidade refere-se ao *valor acima do qual omissões ou erros podem comprometer a precisão das informações nas demonstrações financeiras*. Isso prejudicaria a credibilidade e transparência necessárias para os utilizadores das demonstrações financeiras. A determinação desse valor é feita pelo julgamento profissional do auditor, com base na compreensão das necessidades de informação financeira dos usuários das demonstrações financeiras.

Segundo o IASB “a informação é material se a sua omissão ou distorção puderem influenciar as decisões que os principais utilizadores de relatórios financeiros de objetivos gerais façam na base de informação financeira acerca de uma entidade específica. Por outras palavras, a materialidade é um aspeto específico relevante da entidade baseada na natureza ou na magnitude, ou em ambas, de itens aos quais se refere a informação no contexto do relato financeiro individual da entidade”.

Consequentemente, o IAS não pode especificar um limite quantitativo uniforme para a materialidade nem determinar o que pode ser material numa situação particular.

Tal como referido no livro de Baptista da Costa (pág.240), a ISA 320 define materialidade de execução como sendo "a quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores à materialidade para as demonstrações financeiras como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções agregadas incorretas ou não detetadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Se aplicável, a materialidade de execução também se refere à quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor inferiores ao nível ou níveis de materialidade para classes particulares de transações, saldos de contas ou divulgações".

Ao conduzir o seu trabalho, o auditor deve ter em conta a materialidade e a sua relação com o risco de auditoria. A determinação da materialidade é baseada no julgamento

profissional do auditor e é influenciada pela percepção das necessidades de informação financeira dos usuários das demonstrações financeiras.

Em termos **quantitativos**, a materialidade relacionada com distorções geralmente afeta o balanço e a demonstração de resultados, como ativos e receitas superavaliados ou passivos e despesas subavaliados. Em termos **qualitativos**, a materialidade está relacionada com as divulgações inadequadas no anexo, como informações contabilísticas insuficientemente explicadas ou a omissão de detalhes como honorários dos auditores e remunerações dos membros da administração.

Um desafio para o auditor é o efeito cumulativo de pequenas quantias que, quando somadas, podem impactar significativamente as demonstrações financeiras. O auditor precisa de avaliar se o efeito agregado das distorções é material e se deve estimar outras distorções relacionadas às primeiras que ainda não foram identificadas.

A materialidade guia não apenas a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria, mas também a avaliação dos efeitos das distorções. Além disso, há uma **relação inversa entre materialidade e o nível de risco de auditoria**: quanto maior a materialidade, menor o risco de auditoria, e vice-versa.

Enquanto a materialidade está relacionada à precisão, o risco de auditoria está relacionado à credibilidade das informações.

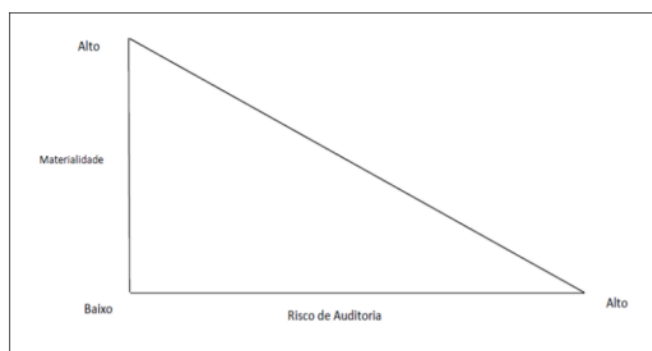


Figura 2 - Relação entre Risco e Materialidade (fonte: livro Baptista da Costa)

Verifica-se, pois, que se o nível de materialidade for alto (exemplo: efetuar a confirmação externa de todos os saldos de clientes) o respectivo risco de auditoria é baixo, mas não inexistente. E a inversa também é verdadeira: se não se confirmar qualquer saldo de clientes o respectivo risco de auditoria é alto.

A materialidade deve ser tida em consideração aquando da fase do planeamento da auditoria em relação com:

- o seu nível global;
- os itens tomados individual ou agregadamente;
- considerações de natureza legal e reguladora.

Essas situações podem levar a diferentes níveis de materialidade, sendo que esses níveis são determinados pelo julgamento profissional do auditor, como mencionado anteriormente.

A ISA 320 não estabelece regras específicas sobre limites mínimos de materialidade para avaliar distorções nas demonstrações financeiras. No entanto, fornece exemplos de pontos de referência (benchmarks) que podem ser apropriados, dependendo das circunstâncias da entidade. Alguns desses exemplos incluem o lucro antes de impostos, o total dos rendimentos, o lucro bruto e o total do capital próprio.

1.3 Testes

Os testes de auditoria podem ser categorizados com base nos objetivos que visam alcançar, incluindo procedimentos para avaliação de risco, testes de controlo e testes substantivos.

Essas atividades são realizadas para compreender as políticas contabilísticas, práticas, planos de contas e sistemas de controlo interno, permitindo a criação de um esquema para o seu funcionamento adequado. Isto é alcançado através de procedimentos de auditoria, como observação, questões e análises detalhadas.

- **Controlo:** Procedimento de auditoria planeado para avaliar a efetividade operacional dos controlos na prevenção ou deteção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.
- **Substantivos:** Os testes substantivos são realizados para o auditor obter prova sobre a deteção de distorções, materialmente relevantes, nas demonstrações financeiras e constatar a credibilidade que merece a informação divulgada. Podem ser testes de:
 - detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações);
 - procedimentos analíticos substantivos.

1.4 Trabalho de Campo

O "trabalho de campo" na auditoria refere-se à fase em que os auditores estão fisicamente presentes na empresa ou organização que está a ser auditada. Durante essa etapa, os auditores conduzem uma série de procedimentos para obter evidências diretas e avaliar a integridade das informações financeiras, controlos internos e práticas contabilísticas da entidade.

O trabalho de campo é uma fase intensiva em termos de esforço e tempo, onde os auditores aplicam procedimentos específicos para garantir que as demonstrações financeiras estejam em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis e que a empresa esteja a aderir a práticas adequadas de contabilidade e controlo interno.

2 Sustentabilidade

Recentemente, temos assistido a um aumento considerável na importância dada à consideração dos fatores ambientais, sociais e de governação corporativa na administração das operações comerciais e financeiras. Este fenómeno representa um desafio significativo para as autoridades de supervisão e regulamentação.

Os consumidores estão cada vez mais conscientes das questões ambientais e preferem apoiar empresas que demonstram comprometimento com a preservação do meio ambiente.

O crescimento nas vendas de produtos orgânicos e a disseminação do "greenwashing" (uma estratégia de marketing que se apresenta como ecologicamente correta, mas não é verdadeiramente sustentável) são exemplos evidentes dessa tendência.

No contexto atual, sustentabilidade refere-se à capacidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir as suas próprias exigências.

A sustentabilidade empresarial implica que uma empresa pode conduzir as suas atividades considerando os fatores ESG:

- ambientais (preservação e proteção da natureza e dos seus recursos),
- sociais (promoção de relações sociais saudáveis e prósperas) e de
- governação (ética e cultura organizacional).

Estes fatores são essenciais para garantir a continuidade da empresa e dos negócios a longo prazo. As empresas reconhecem o papel crucial que desempenham na formação do futuro do nosso planeta. Por isso, estão a adotar práticas sustentáveis não apenas como uma obrigação social, mas também como uma estratégia comercial inteligente.

A Sustentabilidade Empresarial tem sido um tópico extensivamente debatido, principalmente devido às contínuas mudanças climáticas. Essas mudanças têm impedido as empresas de ajustarem as suas práticas diante do novo contexto socioambiental. Essa adaptação não é apenas uma resposta urgente às procuras ambientais, mas também se revela fundamental para a sobrevivência e competitividade das organizações.

A sustentabilidade nas empresas representa um compromisso crucial com o futuro, não sendo apenas uma moda temporária, mas sim uma abordagem essencial para operar nos dias de hoje. Empresas sustentáveis incorporam considerações ambientais, sociais e económicas nas suas operações diárias. Esta estratégia não apenas beneficia o meio ambiente, mas também a própria empresa e a sociedade em geral.

Para uma empresa ser considerada sustentável, é necessário considerar o impacto das suas atividades no meio ambiente, tentando reduzi-los e, conseqüentemente, desenvolvendo ações sociais que beneficiem tanto os seus colaboradores, como a sociedade.

Responsabilidade Corporativa	As organizações estão a reconhecer a sua obrigação ética e moral em relação à sociedade e ao meio ambiente. Estas estão a abandonar a mentalidade de lucro a qualquer preço e estão a adotar abordagens que combinam o desenvolvimento económico com o compromisso social e ambiental. Agora, a responsabilidade corporativa estende-se além das preocupações dos acionistas, incorporando também as necessidades e preocupações de outras partes interessadas.
Redução do Impacto Ambiental	As empresas estão a direcionar investimentos para tecnologias mais ecologicamente corretas, reestruturando as suas cadeias de fornecimento e a adotar embalagens sustentáveis, tudo com o objetivo de diminuir o seu impacto no meio ambiente.
Inovação e Eficiência Energética	As organizações estão a alocar recursos significativos em pesquisa e desenvolvimento, visando criar produtos e serviços que sejam mais eficientes em termos de energia e recursos naturais. A adoção de tecnologias verdes não apenas resulta em economias operacionais no longo prazo, mas também posiciona essas empresas na liderança da competição global.
Responsabilidade Social e Envolvimento Comunitário	Para além das questões ambientais, a sustentabilidade no contexto empresarial também se foca em práticas sociais responsáveis. Isto engloba assegurar condições laborais equitativas, fomentar a diversidade e a igualdade no ambiente de trabalho, e investir em iniciativas comunitárias que aprimorem a qualidade de vida nas regiões onde as empresas atuam.
Transparência e Comunicação	As empresas comprometidas com a sustentabilidade são abertas e claras sobre as suas práticas e ações. Estas comunicam de forma transparente os seus esforços ao público, construindo confiança entre os consumidores e inspirando outras empresas a fazer o mesmo.

Tabela 1 - Ações sustentáveis nas organizações (fonte: criação própria)

A adoção de práticas sustentáveis é um fator crucial para redução da degradação ambiental, como também para garantir a longevidade das empresas e de toda a sociedade.

Nos últimos anos, tem havido muita degradação ambiental, o que vem ganhando maior repercussão, fazendo com que as empresas que utilizam recursos naturais e poluem o meio ambiente ajam de outra forma quanto à preservação e recuperação ambiental.

Há uma tendência mundial de as empresas tornarem-se sustentáveis tanto pela responsabilidade ambiental e social, como pelo fato de os investidores procurarem

aplicações socialmente responsáveis. Considera-se que as empresas sustentáveis geram maior valor ao longo do tempo, por estarem mais preparadas para enfrentar riscos económicos, sociais e ambientais (Machado, Macedo, Machado & Siqueira, 2012). Mas muitas empresas acreditam que, ao tornarem-se sustentáveis, irão reduzir a sua competitividade, devido ao aumento nos custos e a nenhum retorno financeiro imediato. Desta forma, é necessário educar e organizar os consumidores para adquirirem produtos sustentáveis, com o objetivo de obrigar as empresas a adotar práticas sustentáveis, visto que o aumento na legislação não será capaz de resolver o problema de forma rápida e completa.

2.1 Relatório de Sustentabilidade nas empresas

Um relatório de sustentabilidade é uma ferramenta de divulgação de metas, resultados e indicadores ambientais, sociais e de governação (ESG), ou seja, de transparência em relação às suas ações sustentáveis.

O papel das empresas na sociedade está a passar por uma transformação, e, juntamente com essa evolução, as expectativas em relação à divulgação de informações também se estão a alterar. Há uma crescente pressão para que as empresas comuniquem as suas estratégias, metas e desempenho em áreas relacionadas com a sustentabilidade. Investidores e outras partes interessadas procuram cada vez mais informações detalhadas sobre como as empresas gerem valor a longo prazo e qual é o impacto na sociedade.

Nesse cenário, os relatórios de informação não financeira, como os relatórios de sustentabilidade ou os relatórios integrados, surgem como a ferramenta de comunicação mais comum para atender a essas procuras e necessidades de divulgação. Estes relatórios não apenas apresentam as estratégias e políticas de sustentabilidade das organizações, mas também representam um exercício reflexivo crucial.

No que se concerne à inclusão ponderada de aspetos ambientais, sociais e de governação nas práticas de mercado e modelos de supervisão, a **CMVM** tem responsabilidades diretas nestas matérias, nomeadamente por via dos deveres de supervisão que lhe cabem relativamente ao cumprimento dos deveres associados a algumas medidas regulatórias.

Estão, assim, a monitorizar o seu cumprimento numa base regular relativamente às entidades sob a sua supervisão, alguns aspetos, entre eles:

- Ao nível da divulgação de informação não financeira, exigindo que as entidades prestem informações suficientes para uma compreensão exata, por parte da comunidade, da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades:

Decreto-lei 89/2017, de 28 de julho - Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/UE;

2.2 Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (CSRD)

Em 16 de dezembro de 2022, foi publicada a Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas (CSRD).

As regras da CSRD serão aplicáveis:

- Às grandes empresas, cotadas ou não (nos termos do artigo 3.º, n.º 4, da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, “grandes empresas” são empresas que, à data do balanço, excedam pelo menos dois dos três critérios seguintes: (i) total do balanço: 20 000 000 EUR; (ii) volume de negócios líquido: 40 000 000 EUR; (iii) número médio de empregados durante o exercício: 250);
- Às PME com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE (que não sejam microempresas);

- Às empresas de países terceiros com atividade substancial no mercado da UE (150 milhões de euros de volume de negócios anual na UE) e que tenham pelo menos uma filial ou sucursal na UE que ultrapasse determinados limites.

A CSRD entrou em vigor no dia 5 de janeiro de 2023, devendo ser transposta no prazo de dezoito meses a contar desta data.

O início de aplicação da CSRD será feito de forma faseada:

- Para empresas que já estão atualmente sujeitas à NFRD: comunicação de informações em 2025, sobre o exercício financeiro de 2024;
- Para grandes empresas que não estão atualmente sujeitas à NFRD: comunicação de informações em 2026, sobre o exercício financeiro de 2025;
- Para PME cotadas (com exceção das microempresas cotadas), para instituições de crédito de pequena dimensão e não complexas (com exceção das microempresas), para empresas de seguros ou de resseguros cativas (com exceção das microempresas): comunicação de informações em 2027, sobre o exercício financeiro de 2026;
- Para empresas de países terceiros com volume de negócios líquido superior a 150 milhões de euros na UE, caso tenham pelo menos uma filial ou sucursal na UE que exceda determinados limiares: comunicação de informações em 2029, sobre o exercício financeiro de 2028.

Principais alterações:

- Alargamento do âmbito subjetivo de aplicação dos deveres de reporte sobre questões de sustentabilidade a um número significativo de empresas que não se encontravam abrangidas pela NFRD;
- Alargamento do âmbito objetivo dos deveres de reporte, com a introdução de requisitos mais pormenorizados em matéria de notificação. As empresas abrangidas pela CSRD deverão incluir no relatório de gestão as informações necessárias para compreender o impacto da empresa nas questões de sustentabilidade (ambientais, sociais, de direitos humanos e de governo

societário) e a forma como as questões de sustentabilidade afetam a evolução, o desempenho e a posição da empresa. Adota-se uma dupla perspectiva: por um lado, como as questões de sustentabilidade impactam a empresa (perspetiva outside-in); por outro, como a empresa impacta as questões de sustentabilidade (perspetiva inside-out).

O leque de informações a reportar nas organizações passa a incluir, entre outros aspetos:

- Descrição das políticas da empresa relativamente às questões de sustentabilidade;
- Descrição dos principais efeitos adversos, reais ou potenciais, relacionados com as operações da empresa e com a sua cadeia de atividades;
- Descrição de quaisquer medidas tomadas pela empresa para prevenir, atenuar, corrigir ou pôr cobro a impactos adversos reais ou potenciais, bem como o resultado dessas medidas;
- Informações sobre eventuais esquemas de incentivos associados a questões de sustentabilidade destinados aos membros dos órgãos de administração, de direção e de supervisão.

2.3 Regulamento da Taxonomia Climática

É um sistema de classificação climática dos gastos (contabilidade) do CAPEX e do OPEX. Na prática é a transformação do sistema voluntário “Green Bonds” para um sistema obrigatório. Cada tecnologia tem os seus códigos e desdobramentos. De comum, em síntese:

- 1) É necessário calcular e evidenciar o efeito no CO₂ de um projeto de investimento, ou na alocação de financiamento.
- 2) Além do CO₂, é necessário demonstrar os efeitos não negativos sobre poluição, resíduos, água, recursos naturais, biodiversidade (“Do No Significant Harm”).
- 3) Além do anterior, é necessário demonstrar não existirem efeitos negativos sobre os direitos humanos fundamentais (legislação europeia, convenções internacionais, em especial trabalho infantil, trabalho forçado, mas não só) (“Minimum Safeguards”).

4) As empresas que são obrigadas a publicar relatório de sustentabilidade devem relatar de acordo com a taxonomia.

2.4 Diretiva de Relato da Sustentabilidade

É uma evolução da emenda à diretiva de relato financeiro, que vinha de 2013 (Accounting Directive). Essencialmente:

- As empresas (grandes empresas e pequenas empresas cotadas) têm de fazer relato público, verificado por terceira parte independente, sobre todos os temas ESG, conforme standards ESRS (European Sustainability Reporting Standards / Normas Europeias para Relatórios de Sustentabilidade)

- As ideias principais são as seguintes:

– As empresas têm de identificar todos os aspetos materiais da sua atividade. Ou seja: todos os que possam influenciar os resultados, no curto e longo prazo. Em especial têm de identificar “do que dependem” e “que impactos negativos têm sobre a sociedade e o ambiente”. Esta análise tem de ser quantificada, tanto através de métricas específicas, como é o exemplo do CO₂, como através dos impactos financeiros. É um exercício ainda muito disperso, mas creio que rapidamente as consultoras irão promover um grande alinhamento metodológico. Chama-se dupla-materialidade.

– Através desta metodologia, as empresas do mesmo setor tornam-se comparáveis, gerando dados (muito útil para as empresas de Informação sobre Empresas) que podem ser utilizados quer pelos reguladores, quer pelos analistas/investidores, quer pelos media, etc.

- O relato público obedece à “Taxonomia” e às normas constantes dos standards ESRS, que é a matéria que foi publicada em julho. Como se percebe, os temas são rigorosamente os mesmos da taxonomia e da diretiva de Due Diligence.

- Ao enfrentar os *desafios da sustentabilidade ambiental*, as empresas encontram variáveis que dependem do modelo de negócio específico de cada organização. Atualmente, alguns desses obstáculos incluem:

- **Identificação das Necessidades Sustentáveis:** Determinar as áreas em que a empresa pode melhorar em termos de sustentabilidade nem sempre é uma tarefa simples. É necessário levar em consideração os valores e a missão do negócio, além dos recursos disponíveis para apoiar iniciativas sustentáveis.

- **Criação de uma Cultura Sustentável:** Mudar a mentalidade dentro de uma organização pode ser uma tarefa complexa, especialmente dependendo do tamanho da empresa e do grau de conscientização dos funcionários. Pode ser necessário investir em workshops para cultivar uma nova cultura corporativa focada na sustentabilidade.

- **Implementação das Iniciativas Sustentáveis:** Transformar ideias em ações tangíveis representa um desafio significativo. Isto pode envolver a adoção de novas tecnologias, a reestruturação de processos existentes ou até mesmo a contratação de especialistas para orientar a organização.

- **Avaliação da Eficiência das Iniciativas:** Medir o impacto real das estratégias sustentáveis pode ser complicado, já que os resultados muitas vezes não são imediatamente visíveis. É fundamental desenvolver métricas adequadas para avaliar o progresso a longo prazo e fazer ajustes conforme necessário.

- **Acesso a Especialistas em Sustentabilidade:** Encontrar profissionais especializados em ESG (Ambiental, Social e Governança) pode ser um desafio, dada a relativa novidade do campo. As empresas muitas vezes lutam para recrutar e manter uma equipa de especialistas capazes de orientar as suas estratégias de sustentabilidade.

Enfrentar estes desafios exige não apenas comprometimento, mas também uma abordagem estratégica e adaptativa. Empresas que superam essas barreiras não apenas fortalecem as suas próprias operações, mas também contribuem significativamente para um futuro empresarial mais sustentável e responsável.

A **importância do relatório de sustentabilidade** para as empresas passa por:

- Aumentar a compreensão dos riscos e oportunidades;
- Enfatizar a ligação entre o desempenho financeiro e não financeiro;
- Influenciar a estratégia, política de gestão e planos de negócios a longo prazo;
- Racionalizar os processos, redução de custos e melhoria da eficiência;
- Comparar e avaliar o desempenho de sustentabilidade em relação às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Ajudar a empresa a evitar falhas ambientais, sociais e de governação públicas;
- Permitir a comparação entre o desempenho internamente, e entre organizações e setores.

Os benefícios externos podem incluir:

- Mitigação dos impactos ambientais, sociais e de governo, melhorando a reputação e lealdade da organização;
- Demonstrar como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas sobre o desenvolvimento sustentável.

2.5 IFRS

O Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB, sigla em inglês) emitiu as suas primeiras normas de reporte de sustentabilidade das empresas - IFRS S1 e IFRS S2.

Segundo o ISSB, as normas ajudarão a aumentar a confiança nas informações divulgadas pelas empresas sobre sustentabilidade, com vista a proporcionar melhor informação para decisões de investimento e combater o "greenwashing".

A partir de 1º de janeiro de 2024, duas normas, a **IFRS S1** e a **IFRS S2**, entraram em vigor para os relatórios financeiros anuais.

- A **IFRS S1** foca em riscos e oportunidades sustentáveis, exigindo que as organizações divulguem informações úteis sobre esses aspetos para ajudar os usuários dos relatórios financeiros nas decisões de financiamento. Esta abrange riscos que afetam fluxos de caixa, financiamento e custo de capital a curto, médio e longo prazo.

- Por sua vez, a **IFRS S2**, que também entrou em vigor a 1º de janeiro de 2024, concentra-se em riscos e oportunidades relacionados com o clima. Esta exige que as organizações forneçam dados valiosos sobre esses fatores, auxiliando os usuários dos relatórios financeiros nas decisões de financiamento. Assim como a IFRS S1, a IFRS S2 cobre riscos que podem afetar fluxos de caixa, financiamento e custo de capital em diferentes prazos.

Ambas as normas visam melhorar a transparência e a informação disponível para os stakeholders das organizações.

3 Controlo Interno

O conhecimento do negócio da empresa cujas demonstrações financeiras vão ser auditadas permite ao auditor identificar e compreender os acontecimentos, as transações e as práticas que, no seu julgamento, podem ter um efeito significativo em tais demonstrações financeiras, ou na auditoria ou no relatório de auditoria (certificação legal das contas).

Tal conhecimento é utilizado pelo auditor para determinar os riscos inerente e de controlo e a natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria.

A obtenção do necessário conhecimento do negócio de uma empresa, apesar de ser um processo contínuo e cumulativo, obriga, numa primeira auditoria, ao dispêndio, por parte dos auditores, de um número muito significativo de horas de trabalho.

Controlo Interno compreende o plano da empresa e todos os métodos e medidas adotadas para salvaguarda dos ativos, verificar a exatidão e fiabilidade dos seus dados contabilísticos, promover a eficácia operacional e encorajar a adesão às políticas de gestão definidas.

O controlo interno inicia-se através da forma teórica, ou seja, é passado para o papel todo o processo que deve ser executado. Nesta primeira fase é feito um levantamento de todos

os riscos inerentes. Ao identificar todos os pontos chave, é possível criar controlos, que devem ser descritos na sua totalidade e a forma como estes controlos devem ser implementados.

A implementação de um sistema de controlo interno (SCI) ajuda a diminuir o risco. A gestão do risco passa pelas seguintes fases:

- identificar, medir, estabelecer prioridades, e corrigir.

O sistema de controlo interno (SCI) tem 5 passos essenciais: orientar; autorizar; fiscalizar; comparar; documentar.

O IIA estabelece **cinco premissas para o Controlo Interno:**

1. Conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos em vigor.
2. Concorrer para o alcance da estratégia e objetivos delineados.
3. Confiança no sistema de informação.
4. Gestão eficiente e eficaz dos recursos.
5. Salvaguarda dos ativos.

Limitações inerentes aos Controlos Internos:

- Relação custo benefício;
- Transações não usuais;
- Existência de erros humanos, conluio e fraudes;
- Utilização da informática;
- Mau uso da responsabilidade;
- Postura do Órgão de Gestão;
- Dimensão da Entidade.

3.1 Normas e ferramentas do Controlo Interno

- **COSO** (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) – Comissão criada pelo Congresso Americano com o objetivo inicial de estudar medidas de combate à fraude passou a incluir a gestão do risco e o controlo interno.

- **SOX** (Lei americana Sarbanes-Oxley) criada na sequência dos escândalos financeiros (por ex.: Enron) e visou melhorar o processo de controlo interno das empresas, em especial na área de prestação de contas.

- **CSA** (Control Self Assessment) – sistema de auto controlo, responsabilização dos empregados pelas tarefas desempenhadas. Cada um deverá identificar as fragilidades no SCI e propor as medidas corretivas.

- **The combined code** (Reino Unido) – conjunto de boas práticas para o controlo interno das empresas cotadas na Bolsa de Londres.

O COSO usa um modelo tridimensional para representar o Controlo Interno de uma empresa. As perspetivas mostradas nas três faces do cubo do COSO-IC podem ser entendidas como o conjunto de atividades, recursos e procedimentos críticos para o processo de controlo interno a ser aplicado na instituição em todos os níveis, com vista a assegurar o alcance de certos tipos de objetivos normalmente existentes nas organizações.

- na parte frontal (5 componentes):

- **Ambiente de Controlo:** Condiciona todas as atividades, o modo como o risco é avaliado e as restantes componentes e todas as três dimensões e os seus elementos. O ambiente reflete a atitude geral e as ações do Conselho de Administração, da gestão e outro pessoal sobre Controlo Interno. Alguns elementos do ambiente de controlo são a integridade, estilo operacional, compromisso, entre outros.

- **Avaliação do Risco:** Os objetivos de uma organização podem estar em risco por diversos fatores internos e externos. Por exemplo: reestruturações da empresa, crescimento rápido, nova tecnologia, novos trabalhadores e modelos de negócio, etc. Uma empresa deve avaliar os riscos potenciais que possam pôr em causa a consecução dos seus objetivos.

- **Informação e Comunicação:** Deve haver informação a circular numa empresa pois esta necessita de informação a todos os níveis para alcançar os seus objetivos. As empresas devem ter procedimentos de comunicação para o fazerem com partes

internas e externas à organização. O COSO considera “sistema de informação” qualquer sistema seja ele manual, automatizado ou conceptual, formal ou informal. Os sistemas de informação compõem-se de infraestruturas (componentes físicos e de hardware), software, pessoas, procedimentos e dados.

- **Atividades de Controlo:** Constituem as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretrizes do órgão de gestão são levadas a efeito. São relevantes para a auditoria as atividades de controlo que se relacionem com riscos significativos. Por exemplo: autorização das operações, controlos físicos, revisões de desempenho. Na utilização das tecnologias de informação, os controlos são eficazes quando mantêm a integridade da informação e a segurança dos dados.
 - **Monitorização:** A monitorização é fundamental pois destina-se a avaliar a eficácia de todas as componentes do SCI e implementar ações corretivas quando necessário. Quando não existe a monitorização o SCI tende a deteriorar-se pois vai sendo negligenciado.
- no topo (3 objetivos):
 - Operações: utilização eficiente e eficaz dos recursos;
 - Informação Financeira: fiabilidade da informação financeira;
 - Conformidade: de acordo com leis e regulamentos aplicáveis.
 - lado direito: unidades, atividades, segmentos (depende da estrutura da entidade).

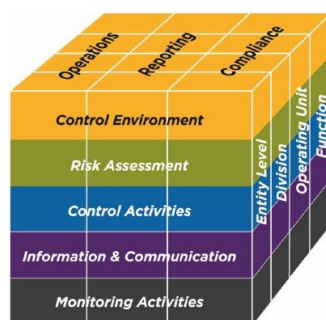


Figura 3 - Cubo COSO (fonte:web)

3.2 Evolução do COSO

Em 2004, o COSO publicou o **Enterprise Risk Management** - integrated framework (COSO-ERM ou COSO II), documento tido como referência no tema gestão de riscos corporativos. O COSO-ERM é uma evolução do COSO-IC, ou seja, abrange todo o modelo anterior e incorpora ferramentas complementares.

De acordo com o COSO-ERM, gestão de riscos corporativos é um processo que permeia toda a organização, colocado em prática pela administração da entidade, pelos gestores e demais colaboradores, aplicado no estabelecimento da estratégia e projetado para identificar possíveis eventos que possam afetar a instituição e para gerir riscos de modo a mantê-los dentro do seu grau de apetência ao risco, com vista a fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade.

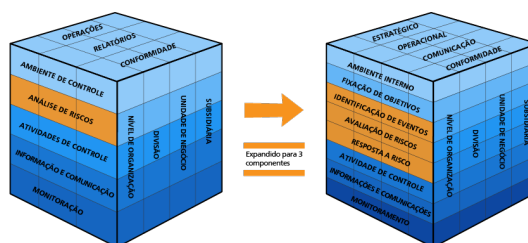


Figura 4 - Evolução Cubo COSO (fonte: web)

Este modelo diferencia-se do anterior:

- novo tipo de objetivo a ser assegurado que não era listado no COSO-IC, a categoria dos objetivos estratégicos;
- a atividade “análise de riscos”, anteriormente prevista no COSO-IC, foi substituída e complementada pelas seguintes atividades: identificação de eventos, avaliação de riscos e, por fim, resposta a riscos.

- **Identificação de Eventos:** Identificar os eventos que causam oportunidades ou riscos, para esquematizar situações que possam dificultar o alcance dos objetivos da organização.
- **Avaliação de Riscos:** Avaliação de eventos que podem causar impacto significativo na empresa. Esta avaliação deve ser um processo permanente dado que as condições (económicas, governamentais, etc) estão em constante mudança.

- **Resposta a riscos:** As respostas incluem evitar, reduzir ou aceitar riscos. As opções de resposta são compatíveis com a tolerância ao risco da organização.

Em 2017 a comissão COSO lançou uma atualização do ERM – Enterprise Risk Management – Integrated Framework passando a designar-se: Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance Esta atualização vem reconhecer que o Risco que as organizações devem gerir se tornou cada vez mais complexo e novos Riscos foram, entretanto, surgindo.

Dá mais ênfase à importância da Estratégia e do Desempenho das organizações. Realça a importância de se considerar o Risco tanto na definição de estratégias como na melhoria do desempenho. “Separa” a Gestão do Risco das organizações do Controlo Interno. Esta atualização tem um novo gráfico e cinco componentes que são de fácil compreensão e adaptação a diferentes estruturas operativas.



Figura 5 - Atualização ERM (fonte: web)

Governança e Cultura	A governação define o tom da organização, reforçando a importância e instituindo responsabilidades de supervisão para a gestão de riscos das empresas. A cultura diz respeito aos valores éticos, comportamentos esperados e compreensão do risco na entidade.
Estratégia e Definição dos objetivos	A gestão de riscos empresariais, estratégia e definição de objetivos são partes essenciais do planeamento estratégico. A apetência pelo risco é alinhada com a estratégia, enquanto os objetivos de negócio colocam a estratégia em prática e ajudam a lidar com os riscos.
Desempenho	Os riscos que podem afetar a estratégia e os objetivos de negócio devem ser identificados, avaliados e ordenados por gravidade. A organização deve determinar as respostas aos riscos e ter uma visão consolidada do seu portfólio de riscos. Os resultados são comunicados aos stakeholders.

Revisão	Ao rever o desempenho da entidade, uma organização pode considerar quão bem os componentes de gestão de risco empresarial estão a funcionar ao longo do tempo e à luz de mudanças substanciais, e que revisões são necessárias.
Informação, Comunicação e Reporte	A gestão dos riscos empresariais requer um processo contínuo de obtenção e partilha de informações internas e externas, provenientes de diferentes áreas e processos da organização.

Tabela 2 - Atualização COSO ERM (fonte: criação própria)

Existe uma relação direta entre os objetivos a que uma organização se propõe alcançar e as componentes do controlo interno, que representam aquilo que é necessário para que possam ser atingidos os objetivos. A interpretação do “cubo” é de que a linha de cada componente “atravessa” e se aplica a todas as categorias de objetivos.

Com base na missão estabelecida, a administração planeia objetivos principais, seleciona as estratégias e estabelece outros planos a serem adotados por toda a organização, alinhados com a estratégia e a ela vinculados. Embora muitos objetivos sejam específicos de determinada organização, alguns deles são amplamente compartilhados.

Por exemplo, na área financeira, em concreto os meios financeiros líquidos, uma vez que, muito provavelmente, é a área mais vulnerável de uma entidade decorrente do tipo e utilização de bens que lhe estão envolvidos, sabe-se que as medidas de CI na área dos meios financeiros líquidos centram-se sobre quatro domínios: ***pagamentos, recebimentos, reconciliações bancárias e outros instrumentos financeiros.***

- Quanto ao primeiro domínio, os ***pagamentos***, a regra é que sejam realizados através dos bancos, deixando os pagamentos em dinheiro para as pequenas despesas (nomeadamente bilhetes de transporte e táxi, selos e registos de correio) ou de despesas urgentes, mas de reduzido valor.

Por isso, deve ser constituído um ***fundo fixo de caixa***, que fica à responsabilidade de determinado empregado, o qual procede aos pagamentos dessas pequenas despesas e verifica a autorização da despesa e a autenticidade dos documentos de suporte e, posteriormente, regista na sua folha de caixa a saída do dinheiro e coloca um carimbo de “PAGO” no documento respetivo.

A reposição desse fundo deve ocorrer, no mínimo, uma vez por mês, através de um cheque nominativo emitido em favor do funcionário encarregado do fundo. O valor do cheque deve corresponder à soma dos montantes referentes aos documentos pagos até então, sendo registada contabilisticamente na respetiva conta de despesas nessa data.

Esta abordagem de caixa oferece a vantagem de limitar a quantidade de dinheiro disponível (dependendo do tamanho da entidade), possibilita a criação de várias caixas na mesma organização (considerando a natureza da atividade realizada) e simplifica as verificações surpresa.

- Os **recebimentos** devem ser depositados diária e integralmente, e deve ser tido em consideração a dimensão e a atividade desenvolvida aquando do estabelecimento de medidas de controlo interno, consoante os montantes recebidos sejam provenientes do correio, de cobradores, de cobranças na tesouraria central ou em balcões ou lojas da entidade.
- As **reconciliações bancárias** devem ser realizadas com uma periodicidade, mínima mensal a todas as contas de depósitos, por um funcionário que não proceda a registos contabilísticos ou a pagamentos e, posteriormente, visado pelo responsável da contabilidade ou do diretor financeiro.
- Relativamente à conta de **outros instrumentos financeiros** deve ser analisado o processo de reconhecimento e de mensuração desses instrumentos financeiros, nas datas de aquisição e de relato.

A eficácia do Sistema de Controlo Interno é normalmente considerada como um requisito essencial no processo de auditoria, pois a avaliação que o auditor externo realiza sobre esse sistema influenciará o planeamento do programa de auditoria. Essa avaliação impactará o tipo, o momento e a abrangência dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Nesse contexto, o processo de planeamento da auditoria envolve a elaboração do programa de auditoria após a análise da estrutura do controlo interno, do nível de confiança e do risco associado.

4 Impostos

4.1 IRS

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) nas empresas refere-se ao processo pelo qual as entidades empregadoras retêm uma parte do salário dos seus trabalhadores para posteriormente liquidar o imposto devido ao Estado.

Contudo, a percentagem retida não reflete diretamente o montante total de imposto que um trabalhador eventualmente pagará. Essa quantia é simplesmente deduzida do salário. Este mecanismo é conhecido como *retenção na fonte*, sendo responsabilidade do empregador realizar essa dedução mensalmente, considerando a receita do trabalhador.

O IRS é um *imposto progressivo*, o que implica que, à medida que o rendimento aumenta, a quantia retida na fonte também aumenta. O ajuste final ocorre durante a entrega da declaração de imposto, e as empresas devem ajustar os cálculos conforme as mudanças na situação dos seus colaboradores.

Além disso, as empresas são obrigadas a apresentar a declaração de rendimentos e deduções em IRS dos seus trabalhadores, referente ao ano de remunerações sujeito à declaração de imposto.

É relevante destacar que o IRS não representa um encargo direto para a empresa, ao contrário de outros impostos como IRC. O IRS é um valor pago pela entidade empregadora em representação de terceiros, ou seja, seus colaboradores.

Mensalmente, as deduções na fonte e o pagamento do IRS devem ser efetuados até o dia 20 do mês subsequente, referentes às contribuições do mês anterior.

4.2 IRC

O IRC, ou Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, é aplicado sobre o lucro de empresas em território nacional, abrangendo atividades comerciais, industriais ou agrícolas. Este também incide sobre a soma dos rendimentos de empresas cuja atividade

principal não seja comercial, industrial ou agrícola, incluindo rendimentos provenientes da atividade internacional, quando aplicável.

Empresas sediadas noutros países, mas com atividade em Portugal, também estão sujeitas ao IRC, sendo tributados apenas os lucros originados no país. No caso de empresas sem sede ou estabelecimento em Portugal, o IRC é aplicado à soma dos rendimentos obtidos no país.

- **Taxas**

A taxa normal de IRC é:

- 21% em Portugal continental
- 20% na Região Autónoma da Madeira
- 16,8% na Região Autónoma dos Açores

Para *pequenas ou médias empresas* com atividade agrícola, comercial ou industrial como atividade principal, uma taxa de 17% é aplicada aos primeiros 25 mil euros de lucro; para o montante restante, é aplicada a taxa normal.

No caso de empresas sem sede ou estabelecimento estável em Portugal, a taxa é de 25%. No entanto, essa taxa sobe para 35% se os rendimentos derivarem de prémios de rifas, totoloto, jogo de loto, sorteios ou concursos.

A taxa também aumenta para 35% se os rendimentos forem obtidos por empresas sediadas em países, territórios ou regiões sujeitas a um regime fiscal consideravelmente mais favorável, como parte das medidas de combate à fraude fiscal.

- **Isenções**

Estão isentas de pagar Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- as entidades de utilidade pública administrativa;
- as instituições particulares de solidariedade social e legalmente equiparadas;
- as entidades de utilidade pública que exerçam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;

- as associações constituídas para o exercício de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- as entidades de navegação marítima e aérea não estabelecidas em Portugal, desde que a mesma isenção seja concedida às empresas estabelecidas em Portugal no seu país de origem.

- **Declarações**

A declaração anual de IRC (Modelo 22) deve ser entregue online e até 31 de maio, embora este prazo possa ser prorrogado tal como o respetivo pagamento, o que aconteceu no contexto de pandemia. Esta declaração deve ser entregue por todos os sujeitos passivos, quer tenham lucro ou prejuízo. É então apurado um valor para receber ou pagar, à semelhança do que acontece com o IRS, no caso das pessoas singulares.

4.3 IVA

O *Imposto de Valor Acrescentado* (IVA) é aplicado quando uma empresa vende produtos ou presta serviços, cobrando IVA do consumidor final, a menos que esteja isento.

A empresa recolhe o IVA liquidado através das vendas, mas, em vez de entregar o valor total ao Estado, deduz o IVA pago nas suas aquisições, pagando apenas a diferença.

Contudo, é importante saber que nem todo o IVA pode ser abatido ao valor que entrega ao Estado, e existe a possibilidade de dedução total ou apenas parcial.

- **Incidência**

O IVA incide de forma objetiva em transmissões de bens e serviços, envolvendo pagamento por um sujeito passivo. Além disso, aplica-se de maneira subjetiva a pessoas ou empresas envolvidas em atividades econômicas, incluindo operações tributáveis associadas a essas atividades.

- **Taxas**

Em Portugal, existem três categorias de taxas de IVA com variação nas regiões.

- Em Portugal Continental a taxa normal é de 23%, a intermédia é de 13% e a reduzida é de 6%
- Já no caso da Madeira a taxa normal é de 22%, a intermédia é de 12% e a reduzida é de 5%.
- Por fim, nos Açores a taxa normal é de 16%, a intermédia é de 9% e a reduzida é de 4%.

- **Isenções**

As isenções do IVA podem ser compreendidas considerando que, embora algumas operações estejam sujeitas às regras do IVA, algumas delas estão isentas desse imposto. Algumas operações isentas de IVA não possibilitam a dedução do imposto pago, sendo chamadas de isenções incompletas. Em contrapartida, há operações isentas que permitem a dedução do IVA, consideradas isenções completas.

- **Processamento e Declaração**

O IVA torna-se devido quando os bens são disponibilizados ou serviços prestados, com pagamento em até 5 dias úteis, exceto no regime de IVA de caixa. Já em termos de declarações, tudo começa pela declaração de início de atividade.

Mensal	entregar a declaração até ao dia 10 do segundo mês seguinte ao que diz respeito às operações.
Trimestral	até ao dia 15 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações.
Recapitulativa	deve ser realizada até ao dia 20 do mês seguinte ao da realização das transmissões de bens e prestações de serviços intracomunitárias.
Anual	realizada até ao dia 15 de julho ou então até ao 15º dia do 7º mês posterior à data do termo do período de tributação em sede de IRC. (só se aplica caso seja referente a um ano civil diferente.)

Tabela 3 - Entrega Declaração IVA (fonte: criação própria)

5 Declaração Mensal de Remunerações

A Declaração Mensal de Remunerações, conhecida como DMR, é uma obrigação mensal para as entidades empregadoras, na qual são detalhados todos os pagamentos feitos aos trabalhadores sob sua responsabilidade.

Este documento engloba todos os rendimentos do trabalho dependente sujeitos a descontos para a Segurança Social e IRS, destinados a indivíduos residentes em Portugal. A entrega da Declaração Mensal de Remunerações é necessária tanto para a Segurança Social quanto para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), sendo a base para calcular contribuições sociais e impostos.

Têm de entregar a Declaração Mensal de Remunerações todas as entidades empregadoras que:

- estejam inscritas no sistema de Segurança Social;
- tenham um ou mais trabalhadores a seu cargo;
- tenham membros de órgãos estatutários remunerados.

- **Datas**

A DMR deve ser entregue a ambas as entidades entre os dias 1 e 10 de cada mês, correspondendo aos rendimentos devidos no mês anterior. Caso a data limite coincida com um fim-de-semana ou feriado, a entrega pode ser feita no dia útil seguinte.

6 Reconciliações Bancárias

A reconciliação bancária é a comparação que é efetuada entre os registos contabilísticos da conta corrente da empresa e os ajustamentos que o banco faz na mesma conta. Assim, o objetivo deste processo é fazer corresponder a contabilidade com os extratos enviados pelo banco.

Uma vez recebidos os extratos bancários, a reconciliação consiste basicamente em comparar os movimentos registados pela empresa e os fornecidos pelo banco. Idealmente, devem corresponder e, se tal não acontecer, a causa da diferença deve ser procurada, a fim de evitar problemas maiores a longo prazo.

Se houver erros, estes são revistos e são feitas as alterações necessárias para os corrigir. Isto assegura que a conta bancária reflete a realidade económica da empresa, com todas as vantagens que isso implica.

O objetivo da conciliação bancária é identificar se os registos e as movimentações internas do negócio realmente estão de acordo com aquilo que consta nos registos bancários. Ou seja, entender se não existem divergências de saldo ou nos lançamentos.

7 Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento é um benefício fiscal que permite às empresas deduzir à coleta apurada uma percentagem do investimento realizado em ativos não correntes (tangíveis e intangíveis).

8 Central de Responsabilidades do Banco de Portugal

A "Central de Responsabilidades do Banco de Portugal" é um sistema utilizado pela instituição financeira para registar e avaliar as informações financeiras de empresas e particulares. Esta central é uma ferramenta importante para os bancos e outras instituições financeiras na gestão de riscos e na tomada de decisões relacionadas a concessão de crédito.

A Central de Responsabilidades do Banco de Portugal desempenha um papel crucial na gestão eficiente do crédito e na minimização de riscos para as instituições financeiras, promovendo a transparência e a responsabilidade financeira.

O principal objetivo da CRC é apoiar as entidades participantes na avaliação do risco da concessão de crédito, permitindo-lhes consultar informação agregada sobre o endividamento de quem lhes solicita crédito.

9 Questões de Investigação

De seguida será realizada uma síntese de questões de investigação motivadas pela revisão da literatura.

Questões de Investigação	Asserção
O trabalho do auditor pode ser posto em causa devido a um mau plano global da auditoria? <i>Almeida, 2022</i>	1
Quais são os elementos essenciais que devem ser incluídos num bom planeamento de auditoria? <i>Costa, 2017</i>	1
Como o entendimento da materialidade pelos auditores influencia a decisão sobre a extensão e profundidade dos procedimentos de auditoria? <i>Almeida, 2022</i>	2
De que maneira a materialidade, quando bem compreendida pelos auditores, contribui para a justiça e transparência dos relatórios financeiros? <i>ISA 320</i>	2
Como o conhecimento prévio do controlo interno de uma organização influencia o planeamento e a execução da auditoria? <i>Costa, 2017</i>	3
De que maneira um bom controlo interno contribui para a eficiência da auditoria? <i>Loureiro, 2015</i>	3
Quais são os benefícios que as empresas podem obter ao adotarem práticas de sustentabilidade? <i>ISO 26000:2010</i>	4

Tabela 4 - Questões de Investigação (fonte: criação própria)

10 Metodologia

A escolha do método de investigação é fundamental para que seja possível responder às questões de investigação e às hipóteses que decorrem delas.

Neste capítulo será abordada a definição do que são metodologias de investigação e em que consistem. Será abordado também quais os tipos de metodologias possíveis de utilização e ainda a explicação da metodologia escolhida para o presente trabalho.

A metodologia refere-se ao conjunto de métodos, técnicas, regras e princípios utilizados para realizar uma pesquisa, resolver um problema ou alcançar um determinado objetivo numa área específica do conhecimento, ou seja, é o caminho ou o processo sistemático que guia a investigação ou o trabalho numa disciplina particular.

A metodologia define como as informações irão ser recolhidas, organizadas, analisadas e interpretadas, além de estabelecer os critérios para avaliar a validade e confiabilidade dos resultados obtidos. Em diferentes contextos, como na ciência, nas ciências sociais, nas humanidades ou nos negócios, existem metodologias específicas adaptadas às necessidades e aos objetivos de cada campo de estudo. O uso adequado da metodologia é fundamental para garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho realizado.

10.1 Qualitativa

A metodologia qualitativa é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão profunda e na interpretação dos significados, experiências e contextos sociais, muitas vezes usando dados não numéricos, como palavras, imagens, entrevistas e observações. É uma maneira de explorar fenómenos complexos e contextos sociais, frequentemente em situações do mundo real.

A metodologia qualitativa é valiosa para explorar questões complexas, compreender as perspetivas e motivações das pessoas, e investigar fenómenos sociais em profundidade. É particularmente útil quando se procura uma compreensão holística e contextualizada dos problemas de pesquisa.

10.2 Quantitativa

A metodologia quantitativa é uma abordagem de pesquisa que se baseia na recolha e análise de dados numéricos para entender fenómenos sociais, económicos ou naturais.

A metodologia quantitativa é amplamente utilizada em disciplinas como ciências sociais, economia, psicologia, epidemiologia e ciências naturais, onde é essencial medir variáveis, estabelecer relações causais e fazer previsões com base em dados numéricos.

10.3 Metodologia adotada

A metodologia utilizada para a realização deste relatório foi mista, ou seja, qualitativa e quantitativa.

Segundo Sousa & Baptista (2014), “um investigador não é obrigado a optar pela utilização em exclusivo de métodos quantitativos ou qualitativos, podendo, e caso a investigação o exija, optar por combinar estes dois métodos.” Citam ainda que “esta estratégia permite tornar o processo de investigação mais consistente e sólido.”

A **metodologia qualitativa** passou pela recolha de informação através da realização de visitas à empresa em questão com o objetivo de ficar a conhecer de perto o negócio bem como poder questionar sobre todas as diferentes áreas e processos. Foi feita uma visita guiada pela SPM (escritório e fábrica) onde foram colocadas questões que foram esclarecedoras para melhor compreensão da área da extração de pedra e dos procedimentos adotados pela empresa. Foi disponibilizada toda a informação necessária para a realização do relatório. Além da visita à SPM foram feitas também visitas a outras empresas para atividades de auditoria.

A **metodologia quantitativa** foi adotada na medida em que houve a recolha de dados numéricos através do balanço, balancete, DMR, IRS/IRC, faturas, entre outros para a elaboração de quadros, relatórios e análises.

Através de ambas as técnicas de análise desenvolveu-se o presente estágio.

11 Construção das Aserções

Fundamentada na revisão da literatura e a partir das questões enunciadas na tabela 4, foram elaboradas as seguintes Asserções:

Asserções	Questões de Investigação
A1. É fundamental um bom planeamento de auditoria.	O trabalho do auditor pode ser posto em causa devido a um mau plano global da auditoria?
	Quais são os elementos essenciais que devem ser incluídos num bom planeamento de auditoria?
A2. O entendimento da materialidade pelos auditores é fundamental para garantir que os relatórios financeiros sejam justos, transparentes e capazes de fornecer uma visão precisa da situação financeira da empresa.	Como o entendimento da materialidade pelos auditores influencia a decisão sobre a extensão e profundidade dos procedimentos de auditoria?
	De que maneira a materialidade, quando bem compreendida pelos auditores, contribui para a justiça e transparência dos relatórios financeiros?
A3. Um bom controlo interno facilita a eficiência e eficácia da auditoria.	Como o conhecimento prévio do controlo interno de uma organização influencia o planeamento e a execução da auditoria?
	De que maneira um bom controlo interno contribui para a eficiência da auditoria?
A4. A sustentabilidade empresarial não é apenas uma questão ética, é também uma estratégia de negócios inteligente que pode gerar vantagens competitivas, melhorar a reputação das empresas e atrair investimentos sustentáveis.	Quais são os benefícios que as empresas podem obter ao adotarem práticas de sustentabilidade?

Tabela 5 – Asserções (fonte: criação própria)

12 Modelo de Análise

Segundo Sousa & Baptista (2014) “o modelo de análise é o esquema orientador da conceção teórica, que identifica os aspetos que influenciam a situação que está a ser investigada – organizada de forma lógica e integradora as diversas variáveis e a dinâmica da situação a ser investigada.”

Deste modo, tendo por base as asserções mencionadas na Tabela 5 do presente relatório, foi concebido o seguinte modelo de análise:

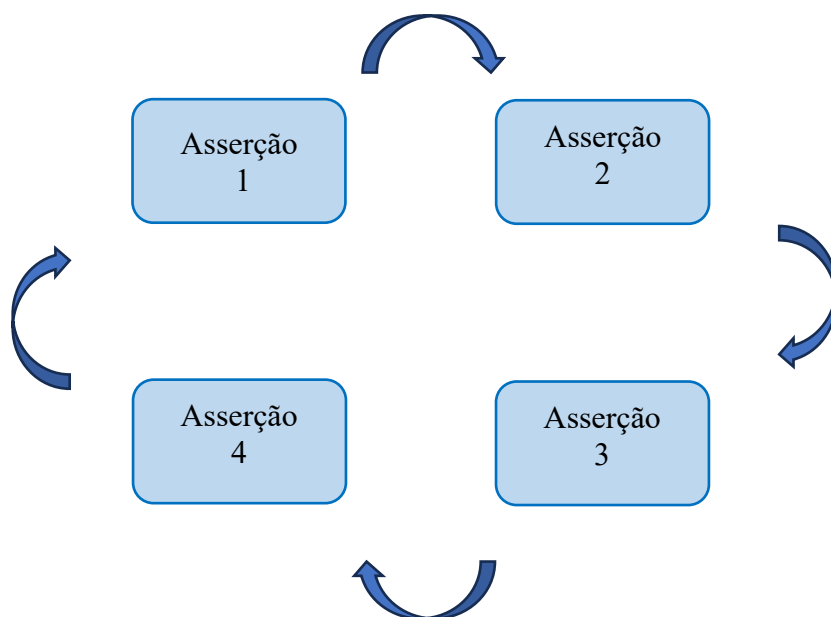


Figura 6 - Modelo de Análise (fonte: criação própria)

Como é possível observar na Figura 6 existe uma relação entre todas as asserções. Começando pelo facto de, como já foi referido, um bom planeamento de auditoria é o alicerce sobre o qual se ergue a integridade dos relatórios financeiros de uma empresa. Ao estabelecer um plano exemplar, os auditores podem identificar os pontos críticos que requerem uma atenção especial durante o processo de auditoria. Essa atenção é especialmente vital quando se trata do entendimento da materialidade. A compreensão cuidadosa da materialidade pelos auditores é essencial para garantir que os relatórios financeiros reflitam com precisão a realidade da empresa. A materialidade orienta os auditores na identificação e avaliação das matérias significativas, ajudando a direcionar os recursos de auditoria para os aspetos mais relevantes. Uma materialidade bem compreendida e aplicada, em conjunto com um planeamento de auditoria sólido, é crucial para assegurar que os relatórios financeiros sejam justos, transparentes e capazes de fornecer uma visão precisa da situação financeira da empresa.

Assim, ao compreender plenamente o que é material e significativo para a análise financeira, os auditores podem concentrar os seus esforços nos aspetos mais relevantes durante o processo de auditoria. No entanto, para que esse entendimento seja eficazmente aplicado, é essencial que exista um bom controlo interno dentro da organização. Um rigoroso sistema de controlo interno estabelece as bases para uma auditoria eficiente e

eficaz. Quando o controlo interno é forte, os auditores podem confiar mais nos processos e nos dados fornecidos pela empresa, o que facilita o trabalho de avaliação da materialidade.

Quando uma organização estabelece processos sólidos de controlo interno, está não só a proteger os seus ativos e a garantir a precisão dos seus relatórios financeiros, mas também a criar uma base consistente para a implementação de práticas sustentáveis. A sustentabilidade empresarial, além de ser uma questão ética, é reconhecida como uma estratégia inteligente de negócios. Um bom controlo interno facilita esse processo, fornecendo a estrutura necessária para monitorizar e avaliar o desempenho sustentável da empresa, garantindo que os objetivos de sustentabilidade sejam alcançados de forma eficiente e eficaz.

No âmbito da sustentabilidade, um planeamento de auditoria bem executado pode ser valioso para melhorar e aprimorar as iniciativas da mesma, tornando-as mais eficazes e alinhadas com os objetivos comerciais. Assim, a ligação entre sustentabilidade empresarial e planeamento de auditoria destaca a importância de uma abordagem holística para garantir a integridade e o sucesso a longo prazo das práticas comerciais sustentáveis.

13 HLB SVTM - Entidade Acolhedora

As competências profissionais da orientadora, Dr.^a Maria da Piedade Gonçalves dos Santos Vaz, Economista, Revisora Oficial de Contas e especialista em fiscalidade, juntamente com a sua orientação próxima e constante durante o estágio, tanto por si quanto pela sua equipa, foram contribuições indispensáveis para o sucesso do estágio realizado na empresa Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. (SVTM).

A SVTM (Santos Vaz Trigo de Morais), sociedade por quotas, foi constituída em 1997 tendo como sócios fundadores a Dra. Maria da Piedade Gonçalves dos Santos Vaz e o Dr. João Manuel Trigo de Morais.

Possui um capital social de 20000€ e o Número de Identificação Fiscal 504096664. A SVTM está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o número 155 e na CMVM com o número 20161465.

Inicialmente a sua sede situava-se na Rua Silva Brinco, nº 148 (em São Mamede de Infesta). No entanto, devido ao crescimento da empresa e à contratação de novos colaboradores, a sociedade mudou para instalações maiores e melhoradas. Em agosto de 2019, a empresa mudou-se para o seu endereço atual na Rua da Alegria, nº 785, 1.º direito centro frente, no Porto.

A HLB SVTM emprega uma equipa de 20 pessoas e é administrada por cinco Parceiros, cada um deles especializado em diferentes áreas, a fim de fornecer aos clientes um excelente nível de serviço em cada área de especialização e é hoje uma das principais empresas de auditoria de nível médio em Portugal.

A empresa fornece uma variedade de serviços, incluindo serviços de auditoria, impostos e consultoria para uma ampla gama de clientes no setor público e privado e, nos últimos anos, tem fortalecido as suas equipas com jovens talentos recém-formados, investindo na sua educação contínua.

O comprometimento, a dedicação e a experiência dos sócios e funcionários da empresa foram fundamentais para estabelecer e expandir a organização, resultando no reconhecimento merecido por parte dos clientes. A SVTM procura ativamente integrar-se na comunidade empresarial dos seus clientes, oferecendo apoio tanto nos momentos positivos quanto nos desafios enfrentados pelas empresas. Essa proximidade constante permite que a SVTM compreenda profundamente as operações e os desafios de negócios dos seus clientes. Esse conhecimento detalhado, por sua vez, desempenha um papel essencial no processo de auditoria, facilitando a execução do trabalho com eficiência e precisão. A HLB SVTM orgulha-se de estabelecer excelentes relacionamentos com os seus clientes, fornecendo a estes últimos um serviço personalizado e eficiente.

A organização, fundamentada em valores como confiança, integridade, precisão e proximidade, tem como principal objetivo a melhoria contínua da sua capacidade em cumprir os compromissos assumidos, seja em relação aos padrões de qualidade ou ao cumprimento de prazos. Com uma equipa profundamente dedicada, a empresa visa manter e reforçar a confiança do mercado.

A SVTM demonstra uma preocupação constante com a formação dos seus colaboradores, explorando os conhecimentos essenciais adquiridos por estes durante as suas formações académicas. Acredita firmemente que são os colaboradores que fazem a diferença no relacionamento com os seus clientes.

A empresa atende uma carteira diversificada de aproximadamente 200 clientes, abrangendo vários setores de atividade, incluindo entidades públicas, privadas, organizações do setor não lucrativo e cooperativas, espalhadas por todo o país, desde o norte até o sul, e também nas regiões autónomas. Atualmente, a carteira de clientes inclui áreas de negócios relacionadas com Agricultura e Pecuária, Indústria e Serviços, Assistência médica, Imobiliário e construção, para os quais a SVTM oferece serviços de forma contínua.

Durante a condução das suas auditorias, a SVTM utiliza um software especializado chamado ASD auditor, que está em conformidade com todas as normas internacionais de auditoria (ISA). Este software possibilita uma utilização mais eficaz e eficiente, facilitando o processamento das informações obtidas dos clientes.

Recentemente, a SVTM tornou-se membro da HLB (Hodgson Landau Brands) em Portugal. A HLB é uma rede global de empresas independentes de auditoria e consultoria, fundada em 1969. A marca registada da HLB é a sua história de inovação e colaboração, dedicada a auxiliar os clientes a expandirem os seus negócios para além das fronteiras.

Presente em aproximadamente 153 países, com um total de 745 escritórios e uma equipa de 27.485 profissionais, a HLB combina uma forte presença local com recursos globais para atender às necessidades de seus clientes. A HLB oferece suporte aos clientes à medida que expandem as suas operações a nível nacional, regional e global, garantindo uma experiência consistente de qualidade e um serviço personalizado, independentemente de onde estejam localizados.

Em 2018, a HLB alcançou o 12º lugar no ranking global de empresas de auditoria, demonstrando a maior taxa de crescimento no setor. A SVTM acredita firmemente que colaborar com essa organização internacional permitirá o compartilhamento de conhecimentos e experiências técnicas, contribuindo significativamente para o seu próprio crescimento e desenvolvimento.

14 Sociedade das Pedreiras do Marco – Entidade Auditada

Na equipa de auditoria Santos Vaz, os clientes da HLB SVTM são organizados entre os colaboradores, assim, durante o estágio foi possível integrar diversas equipas de auditoria nos diversos setores de atividades, nomeadamente a equipa de auditoria da Sociedade das Pedreiras do Marco.

Ou seja, foram realizados vários processos de auditoria relativos a esta empresa em questão e, por esse mesmo motivo, a SPM serviu como um “case study” de forma a exemplificar as atividades realizadas durante o período de estágio. A escolha da SPM deve-se ao facto de ser uma empresa que se encontra em crescimento e num processo de internacionalização e também pelas suas características positivas como o empenho, e organização em ser uma empresa de excelência.

Com uma experiência que ultrapassa os 50 anos no mercado, a SPM - Sociedade das Pedreiras do Marco foi estabelecida em 1967 com um objetivo claro: extrair, transformar

e comercializar granito proveniente das suas próprias pedreiras situadas na região norte de Portugal e Espanha.

Os atributos distintivos da matéria-prima extraída, juntamente com um esforço contínuo para aprimorar o processo de transformação, resultam num produto final com características únicas.

A qualidade garantida do produto final, juntamente com a competência evidente nas negociações com os clientes e o cumprimento rigoroso dos acordos comerciais estabelecidos, têm sido fundamentais para a crescente aceitação de seus produtos em mercados altamente exigentes, como os da Europa Central e do Norte, colocando a SPM em posição de destaque entre os principais exportadores desse tipo de produtos.

O granito da SPM é amplamente reconhecido pela sua qualidade e variedade. Sendo um material natural, este é extensivamente utilizado na indústria da construção e do design devido à sua durabilidade, resistência e estética encantadora.

Os produtos em granito têm uma ampla gama de aplicações. Na construção civil, é frequentemente empregado em revestimentos de fachadas, pavimentos e escadarias, conferindo uma aparência elegante e resistente. Além disso, o granito é muito valorizado em projetos de paisagismo, sendo utilizado em elementos como calçadas, passeios, praças e bancos públicos.

14.1 As pedreiras

A SPM reconhece a importância vital das pedreiras numa empresa especializada na transformação de granito. Estas pedreiras representam o ponto inicial da cadeia de produção, fornecendo o granito que será posteriormente transformado numa variedade de produtos.

Sem uma fonte confiável de granito de alta qualidade proveniente das suas próprias pedreiras, a produção da empresa e o fornecimento contínuo e confiável da sua linha de produtos ficariam comprometidos.

Além disso, as pedreiras também desempenham um papel crucial ao determinar a competitividade e assegurar a sustentabilidade ambiental da SPM. Uma gestão eficaz das pedreiras não apenas reduz os custos, mas também maximiza o rendimento do material extraído. O mais importante de tudo, contribui para minimizar o impacto ambiental.

Assim sendo, manter um acesso estável e sustentável às pedreiras é essencial para garantir o sucesso e a continuidade das operações da SPM.

A SPM conta com 6 pedreiras: a Cavadinha (localizada em Alpendurada), a de Lajes (localizada em Vila Boa do Bispo), a Rosém (localizada em Avessadas), a Monte do Fojo (localizada em Paços de Ferreira), a Monleras (localizada entre as províncias de Zamora e Salamanca) e a de Formoselle (localizada em Fornillos de Formoselle).

14.2 Presença global

Com o passar dos anos, os granitos portugueses conseguiram estabelecer-se como produtos de excelência e qualidade tanto no mercado interno quanto externo.

A SPM tem uma diversificada base de clientes, incluindo várias empresas de construção civil, empreiteiras de obras públicas e autoridades locais. Além disso, a empresa tem uma forte presença no mercado internacional.

De facto, ao longo dos anos, mais de 80% das transações da SPM foram destinadas ao mercado externo, com a maioria das vendas ocorrendo dentro da comunidade europeia.

14.3 Responsabilidade Ambiental e Social

Na SPM, acredita-se que as responsabilidades sociais e ambientais são fundamentais para as suas operações. Para além do compromisso com o mercado, a empresa valoriza o bem-estar dos seus colaboradores e procura ter um impacto positivo na comunidade local.

Os princípios e valores da SPM estão alinhados com os padrões de responsabilidade empresarial e são seguidos por todos os membros da equipa. A empresa dá prioridade à satisfação e ao respeito pelos colaboradores, proporcionando-lhes condições de trabalho adequadas, um ambiente seguro e higiénico, além de uma remuneração justa pelo seu esforço e dedicação.

14.4 A fábrica

A fábrica tem uma área coberta de cerca de 8000 m² assente num conceito de linhas de produção o que permite fabricar em grande escala lajeado, lancil, cubos e outros tipos de produtos, com diversos acabamentos.

SPM é referência no setor, oferecendo soluções inovadoras e produtos de alta qualidade.

Tecnologia de Ponta	Maquinaria de última geração, equipada com a mais avançada tecnologia de corte, fresagem e acabamentos. Isto permite à SPM esculpir a rocha ornamental com uma precisão milimétrica, garantindo acabamentos impecáveis em cada projeto.
Equipa de Especialistas	A equipa é composta por colaboradores altamente qualificados, especializados na manipulação de rocha ornamental. Com anos de experiência, transformam blocos brutos em verdadeiras obras-primas, honrando a beleza natural de cada pedra.
Variedade de Materiais	Trabalham com uma ampla gama de rochas ornamentais, desde granito claro até escuro (inclusive gabros). Independentemente do tipo de rocha escolhido, a capacidade técnica permite realçar as suas características únicas e criar peças distintas.
Sustentabilidade e Responsabilidade	Investimento em práticas sustentáveis e responsáveis em todas as fases do processo de transformação. Minimizam o desperdício e procuram fontes de rocha de forma ética, garantindo um impacto positivo tanto para o meio ambiente quanto para a comunidade local.

Tabela 6 - Características fábrica SPM (fonte: criação própria)

14.5 Na SPM

- **Qualidade e Certificados**

A SPM é auditada segundo os procedimentos SMETA, baseada em quatro pilares básicos:

- Saúde e Segurança;
- Normas Laborais;
- Ética Comercial;
- Ambiente Prático.

São uma empresa que obteve a certificação ISO 9001, o que significa que seguem padrões e processos rigorosos para garantir a satisfação dos clientes e a contínua melhoria dos produtos e serviços. Essa certificação reflete o compromisso em manter altos padrões de qualidade, proporcionando confiança e credibilidade aos parceiros e clientes.

- **Granito**

O granito não é apenas uma escolha estética e duradoura, mas também uma opção que beneficia significativamente o meio ambiente, possuindo uma das pegadas de carbono mais baixas entre os materiais de construção.

Quando comparado a outros materiais de construção, a superioridade do granito em termos de sustentabilidade torna-se evidente. Outras opções são conhecidas por gerar grandes emissões de CO₂ durante a sua produção, enquanto o granito destaca-se pela eficiência energética e pelo impacto ambiental reduzido que oferece.

Vários estudos já realizados confirmam as vantagens do granito. Um dos estudos mais conhecidos foi conduzido pela Associação Alemã de Pedra Natural, que avaliou as repercussões ecológicas do uso de pedra natural, azulejos cerâmicos, PVC, laminados e revestimentos de madeira.

Este estudo conclui que os custos de consumo de energia para o processamento de pedra natural representam apenas 3,3% do valor de produção. Comparando todos os revestimentos de chão facilmente concluímos que os produzidos a partir de pedra natural causam um impacto ambiental significativamente menor na sua produção, instalação e uso, comparado à cerâmica, PVC, laminados e revestimentos de madeira.

Na categoria de potencial de aquecimento global, a produção e utilização de revestimentos de pedra natural mostram emissões de CO2 muito mais baixas do que a produção e uso de outros materiais de revestimento.

O granito é a escolha de construção verdadeiramente sustentável. Com uma pegada de carbono reduzida, durabilidade incomparável e menor impacto ambiental em comparação com outros materiais, o granito representa uma abordagem responsável para a construção do presente e do futuro.

Na SPM comprometem-se a promover estas práticas sustentáveis e a oferecer soluções em granito que não apenas realçam a beleza dos projetos, mas também contribuem para a preservação do ambiente.



*Figura 7 - Personificação de granito
(fonte: criação própria)*



*Figura 8 - Personificação de granito
(fonte: criação própria)*

A SPM está a passar por um processo de automatização. Desde 2017 que a gerência tem vindo a investir na modernização da organização, sobretudo na extração e na transformação de produtos serrados. O presente projeto (**SPM – Inovação Produtiva**) irá reforçar esse investimento, com a aposta na inovação tecnológica, de marketing e organizacional.

A distribuição de recursos para investimento tem como objetivo não apenas aprimorar as atividades quotidianas, mas também consolidar a posição competitiva da empresa a longo prazo. Isto traduz-se num aumento sustentado nas vendas, aperfeiçoamento contínuo na qualidade dos produtos e uma perceção positiva consolidada no mercado.

Este projeto de investimento visa a sustentabilidade da linha de produtos, incluindo a industrialização do lancil tosco, robotização da linha de cubos, aquisição de máquina CNC e robotização do final da linha de serrados. Adicionalmente, o incremento nas encomendas requer a aquisição de uma nova máquina para o corte primário de chapas de granito para evitar o estrangulamento da produção, bem como a construção de uma nova ETAR. Por outro lado, a SPM pretende implementar um processo produtivo fluido (lean) e suportado em TICs da indústria 4.0.

Durante a visita guiada à fábrica, foi explicado que, por exemplo, os recortes feitos na pedra em cima demonstrada, antigamente, eram todos feitos por funcionários de forma manual. Hoje em dia, devido ao aumento do investimento em automatização feito pela SPM, estes recortes são feitos por máquinas, tornando o processo mais automatizado. **O processo feito manualmente demorava cerca de 25 minutos e, atualmente, é feito em 5 minutos com a máquina.**

Este aumento da capacidade tem como propósito fazer face ao crescimento da carteira de encomendas da SPM.

Além de impulsionar a produtividade, a incorporação de novos equipamentos e instalações adequadas na SPM tem o efeito positivo de criar um ambiente de trabalho mais seguro. Isto resulta na diminuição do risco de acidentes ou lesões para os colaboradores e permite a manutenção de custos mais baixos a longo prazo, uma vez que equipamentos mais antigos geralmente necessitam de reparos e manutenção mais frequentemente. Equipamentos modernos, por sua vez, tendem a ser mais eficientes no consumo de energia e recursos naturais, contribuindo assim para práticas de extração mais sustentáveis e para a redução do impacto ambiental.



Figura 9 - Máquina SPM (fonte: criação própria)

14.6 Plano de Lavra

A SPM dispõe de um Plano de Lavra onde o objetivo é definir áreas para produção dos diversos produtos finais de determinados materiais tendo em conta as suas características físico-mecânicas, satisfazendo as exigências do consumo. E numa outra perspetiva é possível definir uma orientação preferencial do desmonte, tendo em vista o aproveitamento racional e integral dos materiais extraídos.

A **análise de riscos** efetuada nas pedreiras é dividida em três partes principais. Inicialmente, foram identificados os locais de trabalho, e feita a correspondência com os postos de trabalho. De seguida, foram analisados os riscos existentes e realizada uma classificação qualitativa desses riscos. Por último, de acordo com os diferentes locais de trabalho, são identificados detalhadamente os riscos, indicados eventuais efeitos ou consequências, e propostas medidas de prevenção, já implementadas ou a implementar.

Por exemplo:

Análise detalhada dos riscos			
Tipo de risco	Efeitos/consequências	Local	Medidas prevenção
Pedreira (Extracção)			
➤ Ruído	➤ Lesões nos ouvidos ➤ Fadiga	➤ Zona de perfuração e rebentamentos ➤ Martelo demolidor	➤ Reduzir/minimizar tempo de exposição ➤ Equip. Protecção Individual ➤ Controlo médico
➤ Quedas em altura	➤ Fracturas ➤ Luxações ➤ Entorses	➤ Taludes ➤ Bancadas	➤ Balizamento dos taludes ➤ Restrição do acesso ➤ Sinalização
➤ Queda de pedras dos taludes	➤ Fracturas ➤ Luxações ➤ Hematomas ➤ Danificação equipamento	➤ Taludes	➤ Limpeza dos coroamentos ➤ Área de salvaguarda
➤ Poeiras	➤ Problemas respiratórios	➤ Perfuração ➤ Vias de circulação	➤ Reduzir/minimizar tempo de exposição ➤ Equip. Protecção Individual
➤ Quedas ao mesmo nível	➤ Fracturas ➤ Luxações ➤ Entorses	➤ Vias de acesso ➤ Bancadas	➤ Limpeza das vias ➤ Sensibilização
➤ Atropelamento	➤ Fracturas ➤ Hematomas	➤ Vias de circulação	➤ Sinalização ➤ Sensibilização
Pedreira (Extracção)	➤ Morte ➤ Queimaduras ➤ Danificação equipamento	➤ Zona das pegas de fogo	➤ Observação das regras específicas para os explosivos ➤ Pessoal habilitado e credenciado

Figura 10 - Análise de riscos dos trabalhadores da SPM (fonte: dossier auditoria SPM)

Cada incidente ou acidente é analisado isoladamente, e com a maior brevidade possível. São determinadas as causas e os eventuais erros cometidos, retirando-se as conclusões com as recomendações e ensinamentos para o futuro. Anualmente, a nível interno, é elaborado um relatório global, que inclui registo detalhado dos incidentes ocorridos.

A empresa dispõe de seguros de:

- Acidentes de trabalho e
- Responsabilidade civil.

14.7 Análise de dados financeiros

14.7.1 Gastos com pessoal

A SPM, como já foi referido anteriormente, é uma pedreira e, por isso, a sua atividade é de elevado risco, principalmente com os seus trabalhadores. Assim, será feita uma análise especificamente sobre esse campo.

De seguida será apresentada uma tabela com os dados relativos aos anos de 2023, 2022 e 2021 de forma a ver as alterações ocorridas. Os dados foram retirados dos balancetes dos anos em análise da empresa.

	2023	2022	2021
Volume de Negócios	8.063.401,65€	9.105.497,29€	7.396.775,46€
Gastos com Pessoal	2.636.823,14€	2.932.000,73€	2.732.405,20€
Peso (percentagem)	32,70% (1)	32,20% (2)	36,94% (3)

Tabela 7 - Relação entre o Volume de Negócios e os Gastos com Pessoal da SPM (fonte: criação própria)

Nota: Para o ano de 2023 foi feita uma estimativa, baseada nos meses anteriores, do valor do volume de negócios e dos gastos com pessoal dado que, durante a realização deste relatório, as contas do ano 2023 ainda não tinham sido concluídas. Até ao mês de setembro o valor do volume de negócios foi de 6.047.551,24€ e o valor dos gastos com pessoal tinha sido de 1.695.100,59€.

1. 2.636.823,14€/8.063.401,65€
2. 2.932.000,73€/9.105.497,29€
3. 2.732.405,20€/7.396.775,46€

Como é possível observar na tabela acima apresentada, **de 2021 para 2022** tanto o volume de negócios como os gastos com pessoal aumentaram 1.708.721,83€ e 199.595,53€ respetivamente. O aumento do Volume de Negócios deveu-se ao facto de a pandemia Covid 19 ter acalmado. Isto levou a que os clientes da SPM voltassem novamente a comprar e a comprar mais do que durante o período pandémico, sendo que a empresa

ganhou novos clientes novamente. Além disso, os custos de transporte são arrecadados pelo cliente e estes custos sofreram uma diminuição, o que também ajuda a que os diversos clientes comprem mais. O aumento dos gastos com pessoal é justificado pelo facto do aumento do Volume de Negócios aumentar e, por esse motivo, ser necessário contratar mais trabalhadores, pois apesar da SPM estar a atravessar o período de automatização, este ainda não estava concluído e, por esse motivo, foram necessários mais trabalhadores.

De **2022 para 2023**, prevê-se uma diminuição do Volume de Negócios (1.042.095,64€) bem como dos gastos com pessoal (295.177,59€). A diminuição do Volume de Negócios é explicada pelo facto de estarmos a atravessar um período de guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que faz com que os preços das matérias-primas aumentem e, os clientes da SPM, não comprem tanto. Já o decréscimo dos gastos com pessoal deve-se ao facto do processo de automatização estar praticamente concluído e, por isso, alguns trabalhadores foram dispensados pois as máquinas adquiridas irão desempenhar o seu trabalho.

14.7.2 Seguros de Acidentes no Trabalho

	2023	2022	2021
Gastos com Pessoal	2.636.823,14€	2.932.000,73€	2.732.405,20€
Seguros de Acidente no Trabalho	98.749,59€	106.105,65€	129.763,28€
Peso (percentagem)	3,75%	3,62%	4,75%

Tabela 8 - Relação entre os Gastos com Pessoal e os Seguros de Acidentes de Trabalho da SPM (fonte: criação própria)

Dentro da classe de Gastos com Pessoal é possível constatar que os seguros de acidentes no trabalho são uma das componentes integrantes. Através da Tabela 8, observa-se uma diminuição de 1% do ano 2021 para 2023. Esta é explicada pela diminuição do número de trabalhadores na organização em análise.

15 Atividades desenvolvidas em ambiente de escritório da HLB SVTM e em empresas auditadas

Ao longo do estágio foram realizadas diversas tarefas, entre elas:

- a) Validação de Impostos (por exemplo IRS, IVA, IRC, TSU);
- b) Validação da DMR (Declaração Mensal de Remunerações);
- c) Trabalho de campo;
- d) Validação de faturas e análise de rúbricas;
- e) Análise dos principais clientes e fornecedores de cada empresa;
- f) Circularização;
- g) Validação dos financiamentos de acordo com a central de responsabilidades do banco de Portugal;
- h) Colaboração na validação do dossier do RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento) para diversas empresas;
- i) Validação do relatório de contas;
- j) Elaboração de relatórios de auditoria e de inventários.

a)

É crucial enfatizar que a função de auditoria é certificar legalmente as contas ou fornecer um relatório de auditoria, assegurando aos utilizadores das demonstrações financeiras que estas refletem com precisão e adequação a situação financeira da empresa, e que esta está em conformidade com todos os requisitos e normas de relatórios financeiros aplicáveis.

Assim, cada cliente tem uma pasta virtual e física dividida por anos e rúbricas de forma a ser mais fácil de incorporar todos os documentos ao longo dos anos. Inicialmente foi feito um enquadramento sobre cada cliente (membros de administração, atividade exercida, principais clientes e fornecedores, volume de negócios, etc) de modo a ficar com uma visão geral de cada um. Este enquadramento foi fundamental para perceber a forma a trabalhar com cada uma das organizações em análise.

Ao longo dos dias no escritório, foi muito comum realizar o processo de validação dos impostos. Este processo passa pelo preenchimento de um excel (varia conforme o imposto em análise) que já contém as fórmulas necessárias para obter os resultados corretos.

As tabelas de excel são preenchidas de acordo com os dados da empresa em análise dos documentos recolhidos através do site da Autoridade Tributária.

Por exemplo, no preenchimento das tabelas de IVA, é possível ficar a saber se a empresa tem IVA a pagar ou a receber bem como confirmar se as declarações foram entregues nos prazos previstos. Já no IRS, são recolhidas informações relativas à DMR para o preenchimento dos dados relativos aos Trabalhadores Dependentes e Retenções na Fonte para os dados dos Trabalhadores Independentes ou Prediais.

Após o preenchimento das tabelas em excel, procede-se à elaboração de novas tabelas, mas agora com os dados da contabilidade de modo a apurar se existem, ou não, diferenças.

Por exemplo, no caso do IVA, os apuramentos contabilísticos são efetuados para o IVA liquidado, dedutível e regularizações.

Para este processo, acede-se ao programa de auditoria ACD e visualiza-se o balancete do ano em análise de forma a ver as contrapartidas da conta que queremos comprovar e, por fim, temos acesso ao somatório dessa conta.

No fim de preencher a tabela relativa à contabilidade, é possível verificar se existem então, ou não, diferenças entre os dados lançados na contabilidade e os dados da Autoridade Tributária.

Caso existam diferenças, é necessário perceber a origem das mesmas e questionar a contabilidade da empresa em análise. Se os dados lançados na contabilidade da empresa em análise não conseguirem explicar esses erros, é necessário chegar ao motivo das diferenças, através da recolha de documentos adicionais, por exemplo. *(exemplificação presente no apêndice I)*

b)

Logo após a validação de impostos tal como descrito no ponto 1, procede-se ao preenchimento de um novo excel, mas agora relativo à DMR.

Neste documento, os dados para preencher também são recolhidos através da Autoridade Tributária. Aqui, preenche-se a tabela de acordo com os comprovativos de entrega da DMR feita pela empresa em análise.

Tal como foi referido no Enquadramento Teórico, existem prazos para a entrega desta declaração e, por isso, um dos objetivos da análise da DMR é conferir se esta foi entregue no período correto. Além deste objetivo, um outro objetivo passa por perceber, novamente, se existem diferenças entre os dados da AT e os contabilísticos da organização em estudo.

Deste modo, é criada novamente uma vertente contabilística na folha de excel. Caso hajam diferenças, é necessário procurar a origem das mesmas e, caso necessário e possível corrigir.

(exemplificação presente no apêndice II)

c)

O trabalho de campo é uma parte crucial do processo de auditoria e envolve várias atividades, incluindo:

- Entendimento do Ambiente Operacional: Os auditores familiarizam-se com o ambiente operacional da empresa, incluindo a sua estrutura organizacional, sistemas de informação, processos de negócios e riscos específicos.
- Testes de Controlos Internos: Avaliação e teste dos controlos internos implementados pela empresa para garantir a confiabilidade e integridade dos seus processos financeiros e contabilísticos.
- Amostragem de Transações: Seleção de amostras representativas de transações financeiras para análise detalhada. Isto ajuda a verificar a precisão e a validade das transações registadas na contabilidade.
- Confirmação de Saldos: Comunicação direta com terceiros, como bancos ou fornecedores, para confirmar a existência e a precisão de saldos e transações.
- Obtenção de Evidências Documentais: Revisão de documentos originais, como contratos, faturas, extratos bancários e outros registos, para garantir que as transações sejam devidamente suportadas e verificadas.
- Comunicação com a Administração: Interlocação com a administração da empresa para obter esclarecimentos sobre práticas contabilísticas, políticas internas e outras questões relacionadas à auditoria.

Esta é uma das fases de auditoria mais fundamentais para a realização de um bom trabalho. O contacto com o cliente é importante de modo a entender e esclarecer uma

série de questões, começando pela compreensão do controlo interno. Tudo isto para posteriormente a análise de risco a ser feita ser mais eficaz.

Durante o estágio curricular foi possível ficar a conhecer de perto o negócio de cada empresa auditada, através de visitas às mesmas, em equipas. Mensalmente foram feitas deslocações a diversos clientes da HLB SVTM de forma a realizar atividades de auditoria, entre elas: validação de documentos, contagens de inventários, conversar com os funcionários de modo a perceber a situação da empresa, reuniões com a administração com vista a delinear objetivos e perceber pontos de situação, entre outras.

Quando não era possível ou necessário, as validações das faturas e outros documentos eram realizadas no escritório.

Relativamente aos inventários, antes do encerramento do ano civil, considerando que o término do ano fiscal coincide com o ano civil, a atenção da auditoria é voltada para a avaliação dos inventários. Geralmente, nos casos em que os inventários tenham importância significativa ou representem um risco para as demonstrações financeiras dos clientes, foi crucial supervisionar as contagens. As contagens foram acompanhadas pelo auditor, um funcionário da empresa com conhecimento da área em análise e, em alguns casos, por um outro elemento da organização (alguém da gestão ou do departamento de contabilidade por exemplo).

Como resultado, é essencial coordenar com os diferentes clientes para agendar e planear internamente as respetivas contagens. As verificações de inventário podem ser conduzidas de diversas maneiras, e toda a análise realizada na etapa inicial é crucial para decidir quais os procedimentos a adotar. Embora cada cliente conduza a sua própria contagem, raramente é viável para as equipas de auditoria acompanhar a contagem na sua totalidade. Portanto, com exceção de alguns casos em que isso é necessário e viável, as contagens são realizadas através de amostragem. Esta amostra é realizada consoante alguns critérios definidos pela equipa de auditoria, como por exemplo o valor do produto/matéria-prima ou as quantidades, tentando sempre que possível avaliar todas as “famílias” de produtos/matérias-primas. Deste modo, muitas das vezes foram criadas listas de produtos/matérias-primas selecionados devido a dimensão da organização.

Uma das características comuns a todas as contagens é a comparação dos artigos existentes fisicamente contados pelo auditor e os que estão presentes no sistema, independentemente da forma como foram realizadas. Contudo é importante salientar que pode haver diferenças devido à empresa não parar a produção/venda durante os períodos de contagem. Caso seja este o motivo das diferenças é necessário pedir uma listagem dos produtos/matérias que deram saída durante esse período.

d)

Não é exequível fazer uma análise ao saldo total da conta, dado o elevado número de movimentos do período. Desta forma, seleccionam-se os documentos a auditar de forma aleatória e com julgamento profissional do auditor. Este processo é normalmente feito a meio do ano e no fim do ano.

O processo de validação de documentos é feito no ACD. Nos “papéis de trabalho” estão organizadas as rúbricas, por exemplo Ativos Fixos, Fornecedores, Clientes, Fornecimentos e Serviços Externos, entre outros. Consoante o documento que se esteja a analisar entra-se na rúbrica correspondente e, através do número da fatura, faz-se a validação. Esta validação serve para confirmar se a fatura foi emitida com todos os dados corretos: data, nome de fornecedor, número da fatura, valor do IVA e valor total. Além disso, é possível confirmar também se os valores foram lançados nas contas corretas. Caso algum dado presente na fatura ou algum lançamento contabilístico não esteja correto, é necessário entrar em contacto com a entidade que está a ser auditada de forma a perceber o porquê do erro e corrigir de modo a evitar falhas futuras.

Nesta fase do processo, o contacto com o cliente volta a ser mais regular dado que quando surge alguma dúvida é feito logo o contacto para pedidos de esclarecimento.

Ainda decorrente do processo de validação de faturas, no fim de proceder à verificação de todas as rúbricas, faz-se um pequeno resumo sobre cada área validada. Este processo ajuda a verificar se os saldos do balancete estão corretos e também as variações ao longo do ano de cada uma das rúbricas em análise. Se houver uma variação significativa (positiva ou negativa), cabe ao auditor investigar a causa dessa situação, seja devido a um impacto macroeconómico ou microeconómico nos resultados da empresa.

Por exemplo:

- **Ativos:** É concedida especial importância ao tipo de ativo que está a ser adquirido, amortizado ou alienado pela empresa, especialmente nos processos que envolvem grandes somas de dinheiro e têm impacto não apenas na categoria específica, mas também no panorama geral da empresa. Uma abordagem de validação para aquisições de ativos fixos tangíveis de grande magnitude, como a compra de um edifício ou veículo, inclui a análise da certidão permanente de registo automóvel ou predial. Além disso, são considerados os contratos de aquisição (que também são documentos validados).

Dentro da classe de ativos, são examinadas as amortizações ou depreciações, com a realização de testes de imparidade. O objetivo nesta rubrica é analisar as políticas de avaliação e as estimativas subjacentes, especialmente em relação à vida útil dos diversos ativos, tangíveis e intangíveis, atuais ou não atuais. O auditor avalia se essas políticas refletem adequadamente, nas demonstrações contabilísticas, o justo valor dos ativos. A consideração das implicações fiscais também é crucial, garantindo que a depreciação dos bens seja consistente e esteja em conformidade com as normas fiscais vigentes.

- **Gastos com Pessoal:** É conduzida uma análise mensal para monitorizar a evolução dos custos com pessoal, examinando as variações nas diversas categorias que compõem esses gastos. Durante essa análise, são identificadas e listadas as políticas adotadas pela empresa em relação a situações específicas, como o reembolso de quilómetros percorridos por colaboradores em veículos pessoais e os critérios de pagamento de subsídios de alimentação, entre outros. No que diz respeito às remunerações, são analisadas as entradas e saídas ao longo do ano corrente. Os recibos dos colaboradores também são minuciosamente analisados para garantir a sua conformidade com as políticas e regulamentos estabelecidos pela empresa auditada bem como para validação do quadro da DMR abordado no ponto 2.

- **FSE, Compras, Vendas:** Para todas as áreas mencionadas, são elaboradas análises mensais que examinam a plausibilidade dos valores e as mudanças ao longo do ano, em comparação com o ano anterior.

Como mencionado anteriormente, é geralmente impraticável analisar o saldo total de uma conta devido ao grande número de transações no período. Por isso, são selecionados documentos para auditoria, com uma amostra obtida aleatoriamente ou por outros métodos, como o uso do julgamento profissional ou um método misto, que combina automação e julgamento do auditor, priorizando valores mais significativos. O processo de seleção deve garantir a segurança do auditor, adaptando o tamanho da amostra ao nível de risco aceitável. Testar os procedimentos de controlo interno do cliente é uma forma de reduzir o risco. Estes controlos internos incluem distribuição de responsabilidades, competência dos colaboradores, políticas da empresa, sistema contabilística e supervisão interna. Quanto mais eficaz for o controlo interno do cliente, menor será o risco a mitigar pelo auditor e, portanto, menor será a amostra necessária para garantir a segurança desejada.

Estes procedimentos correspondem a testes de detalhe e são importantes para obter evidências (identificação de erros, dar suporte à opinião do auditor, entre outras).

e)

Outro dos processos feitos no excel é a análise dos principais clientes e fornecedores de cada empresa. Na HLB SVTM já existe um excel com as fórmulas necessárias para obtermos quais os principais clientes e fornecedores da empresa em análise. Esta análise ajuda também a identificar quais os clientes/fornecedores que se encontram em dívida com a entidade bem como há quanto tempo. Permite também fazer comparações com períodos anteriores de modo a avaliar a evolução ou retrocesso.

Nesta folha de excel, existem várias tabelas que serão apresentadas no *apêndice III*.

f)

Como já foi abordado anteriormente, as reconciliações bancárias servem para garantir a concordância e a consistência entre os registos financeiros de uma empresa e as informações fornecidas pelo extrato bancário. Este processo é crucial para assegurar a precisão e a integridade das informações contabilísticas.

A empresa de auditoria envia pedidos de dados para os clientes e fornecedores da organização em análise com o objetivo de compreender a concordância, ou não dos saldos

do balancete e dos bancos utilizados até à data de 31 de dezembro . Caso sejam apuradas diferenças, é necessário verificar processos alternativos a origem das mesmas.

Algumas das vantagens da reconciliação bancária passam por: melhor controlo dos recursos financeiros, controlo dos pagamentos e cobranças.

g)

Uma das formas utilizadas para testar a rúbrica de financiamentos é através da comparação dos saldos com o mapa do banco de Portugal, disponibilizado no seu próprio site, onde estão listados os diversos financiamentos obtidos pelo cliente em qualquer instituição de crédito, pública ou privada, bem como as garantias prestadas e eventuais incumprimentos.

A HLB SVTM dispõe de um excel onde são colocadas todas as informações relacionadas com financiamentos obtidos por parte das entidades auditadas. Este documento contém informação do Banco que prestou o financiamento, o valor do mesmo, a prestação, a periodicidade e a data.

(exemplificação presente no apêndice V)

h)

Colaboração na validação do dossier do RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento) para diversas empresas. É realizado um excel com a demonstração de todo o investimento realizado pela empresa auditada (o excel contém colunas como: tipo de ativo adquirido e valor do mesmo).

i)

Quase na reta final das fases de auditoria, é também trabalho de auditoria a verificação das demonstrações financeiras.

Posto isto, quando se recebe o Relatório de Contas de cada entidade, é realizada uma checklist de forma a confirmar se estes estão escritos de acordo com as regras estabelecidas no Código das Sociedades Comerciais. Por exemplo, se contém uma parte dedicada às análises micro e macroeconómicas, se nas Demonstrações de Resultados o nome das rúbricas está correto, entre outras.

(exemplificação presente no apêndice IV)

j)

Durante o estágio foram elaborados diversos relatórios para as diferentes empresas sob auditoria.

No relatório de Inventários é feito um resumo da visita feita durante a contagem dos mesmos. Este contém informação sobre quem acompanhou a visita, a forma como as matérias-primas e/ou produtos acabados estão organizados, entre outras.

(exemplificação presente no apêndice VI)

Já o relatório de auditoria contém informação de todos os procedimentos feitos desde a fase inicial até ao fim. Ou seja, descrição de clientes e fornecedores, matéria de impostos (conclusões em relação à contabilidade), financiamentos, imobilizado, rendimentos e gastos do período, entre outras. Este relatório funciona como um resumo para que, quando surja uma dúvida relativa a uma matéria se possa ter acesso rápido à informação.

(exemplificação presente no apêndice VII)

16 Resposta às questões de Investigação

Durante o estágio, surgiram novos desafios. Ficou claro o valor de uma auditoria externa imparcial e independente. Para alcançar os objetivos do estágio, consideramos o conhecimento do cliente, do negócio e dos riscos envolvidos.

Uma abordagem imparcial e independente é fundamental para uma auditoria eficaz, garantindo decisões imparciais e evitando influências externas.

Durante o estágio, foi essencial assinar uma declaração de independência, garantindo que não houvesse conflitos de interesse. Esta ética é crucial, não apenas para cumprir normas, mas também para transmitir credibilidade nas demonstrações financeiras.

A independência na auditoria é essencial, pois permite uma visão imparcial das situações, garantindo decisões precisas. Ao garantir a independência do auditor em relação ao

cliente, aumentamos a confiança na auditoria e obtemos uma compreensão mais clara do negócio e dos riscos envolvidos.

De seguida vamos tentar responder às questões de investigação que a revisão da literatura motivou.

16.1 É fundamental um bom planeamento de auditoria

Durante a realização do estágio foi possível constatar que a HLB SVTM põe em prática as 5 fases da auditoria tal como refere Baptista da Costa.

Primeiramente a HLB SVTM recebe contactos de empresas que desejam, ou efetivamente precisam, de ser auditadas, ou porque são Sociedades Anónimas ou então porque têm um Volume de Negócios que obriga as organizações a serem auditadas. Posto isto, a empresa auditora decide se aceita auditar as contas.

De seguida, na segunda fase de auditoria, a equipa de auditoria tem a função de preparar e *planear* todo o processo. É importantíssimo conhecer o negócio que se vai auditar: o setor de atividade, as operações, estrutura de gestão, investimentos, financiamentos, principais clientes e fornecedores, áreas de foco de auditoria, entre outras informações que se considere relevante para fazer uma boa auditoria.

A fase inicial de planeamento pode dizer-se que é a mais importante de todo o processo pois é uma etapa crítica no processo de auditoria. Durante esta fase, os auditores desenvolvem uma estratégia abrangente para a execução eficiente e eficaz do seu trabalho.

Todo o conhecimento do ambiente empresarial vai ser crucial para determinação dos riscos do negócio. o que, por sua vez, orienta a determinação de procedimentos de auditoria apropriados. Ao antecipar os desafios potenciais, os auditores podem planear as suas abordagens de maneira proativa, ajustando estratégias e recursos conforme necessário.

A alocação eficiente de recursos é outra dimensão crítica do planeamento. Esta permite que os auditores direcionem os seus esforços para áreas de maior risco e importância nas demonstrações financeiras, garantindo que o tempo e os recursos sejam utilizados de maneira ótima. Dessa forma, o planeamento contribui para a maximização do impacto da auditoria, concentrando-se nas áreas que representam os maiores desafios e impacto nas conclusões.

Além disso, o planeamento é essencial para garantir a integridade e a confiabilidade do processo de auditoria. Ele ajuda os auditores a estabelecerem objetivos claros, definindo metas específicas para cada fase da auditoria. Essa clareza na definição de objetivos facilita a avaliação posterior do sucesso da auditoria em atingir as suas metas, promovendo a responsabilidade e a transparência no processo.

O planeamento é ainda uma ferramenta essencial na gestão de expectativas. Ao comunicar claramente os objetivos, as estratégias e o cronograma da auditoria à administração da empresa auditada e outros stakeholders, os auditores estabelecem uma base sólida para a colaboração e a compreensão mútua. Isto promove um ambiente de trabalho mais colaborativo, onde as partes interessadas reconhecem a importância do processo de auditoria e estão mais propensas a fornecer informações relevantes e cooperação.

Na terceira fase é quando se realiza o trabalho de campo essencialmente. Ou seja, quando se efetua a recolha de documentos para validação dos mesmos, visitas à organização auditada, inquéritos a funcionários da organização, recolha de informação sobre o pessoal como por exemplo salários, entre outras. Após a recolha de toda a informação, é o momento de passar à validação da mesma e fazer o julgamento profissional. O objetivo desta fase é detetar irregularidades na atividade e informar a organização para corrigir os erros para que não se repitam.

Chegando o momento da penúltima fase do processo de auditoria é aqui que se retiram todas as conclusões do trabalho feito até ao momento.

Por último, é a vez do auditor emitir a CLC (Certificação Legal das Contas) onde este mostra o seu julgamento profissional e dá a sua opinião das Demonstrações Financeiras baseada em todas as fases anteriores do processo.

O sucesso de uma auditoria está intrinsecamente ligado à qualidade e eficácia do plano global de auditoria. Um plano mal concebido não apenas compromete a eficiência operacional, mas também coloca em risco a validade e a credibilidade do trabalho do auditor. Um plano global incompleto pode levar a uma alocação inadequada de recursos, resultando em ineficiência operacional e prolongamento desnecessário da auditoria. Isto não apenas aumenta os custos envolvidos, mas também coloca em questão a capacidade dos auditores de realizar uma análise minuciosa e abrangente das demonstrações financeiras.

16.2 O entendimento da materialidade pelos auditores é fundamental para garantir que os relatórios financeiros sejam justos, transparentes e capazes de fornecer uma visão precisa da situação financeira da empresa.

Quanto a esta matéria da relação entre Risco e Materialidade, como já foi abordado anteriormente, o valor da materialidade é atribuído consoante o julgamento do auditor. Assim, na HLB SVTM o programa informático utilizado, ACD, permite calcular automaticamente o valor da materialidade baseado nas respostas do auditor a uma série de questões relacionadas com a empresa em análise no momento.

De seguida será apresentada uma imagem ilustrativa como exemplo da empresa SPM onde, por exemplo, a materialidade foi calculada com base no Volume de Negócios dado que os principais ganhos da organização são com vendas de pedra.

Título: Estudo de materialidade

Método utilizado: Método do REA

Data: 7-Set-2023

Pequena ou média empresa (PME)

Memorando | Ativo | Passivo | Resultados | Revisão da Materialidade, Fase Final | Documentos

Cálculo | Conclusões

CALCULO DA MATERIALIDADE

I. Considerações Prévias

Este documento constitui um guia prático orientativo de aplicação da NIA (Espanha) realizado pela Comissão de Normas e Procedimentos do REA+REGA segundo o melhor critério. Não substitui, por tanto, o "Julgamento do Auditor" que deve primar ao longo da auditoria e fundamentalmente no planeamento, e em concreto, na definição do valor da materialidade. Para maior entendimento do exposto neste Guia deve consultar-se as ISA 320 e 450 e ainda o Guia publicado pela IFAC para a aplicação das ISA na auditoria de Pequenas e Médias Empresas.

II. Definição de Materialidade

As distorções, incluindo as omissões, consideram-se materiais se, individualmente ou de forma agregada, possam influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Os julgamentos sobre a materialidade fazem-se tendo em conta as circunstâncias que coincidem e são afetados pela magnitude ou natureza de uma distorção, ou por uma combinação de ambas

Os utilizadores das demonstrações financeiras cumprem os seguintes requisitos (ISA 320.4):

- têm um conhecimento razoável da atividade económica e empresarial, assim como da contabilidade e estão dispostos a analisar a informação das demonstrações financeiras com diligência razoável;
- compreendem que as demonstrações financeiras são preparadas, apresentadas e auditadas com base em níveis de materialidade;
- estão conscientes das incertezas inerentes a valores baseados na utilização de estimativas e julgamentos, e na consideração de acontecimentos subsequentes; e
- tomam decisões económicas razoáveis com base na informação contida nas demonstrações financeiras.

No Anexo a este papel de trabalho constam as justificações das decisões tomadas pelo auditor na definição da materialidade. A seguir mostra-se o detalhe dos valores adotados:

A. Materialidade das demonstrações financeiras no seu conjunto - MAT DFs

IT DFs EXERCÍCIO ANTERIOR	Parâmetro Base:	%	Recomend. (%)	MAT DF:
				0,000
MAT DFs	Volume negócios 2022	9.105.497,290	3,00	273.164,918
			1 % - 3 %	
				Diferença 273.164.918

B. Materialidade para execução do trabalho - MAT ET

MAT ET	MAT DFs	%	MAT ET
	273.164,918	85,00	232.190,180

Figura 11 - Estudo da materialidade (fonte: programa auditoria ASD)

Conforme as ISA 320 e 450, o cálculo da materialidade deve realizar-se não como um simples cálculo numérico, mas como uma análise realizada com base no julgamento do auditor, pelo que deve deixar evidência das suas decisões relativamente aos valores base de cálculo e percentagens a aplicar.

Neste caso, seguindo os parâmetros orientativos recomendados, foram feitas as seguintes escolhas:

- Como Base de cálculo, foi selecionado o mais representativo, por julgamento do auditor, dentro das bases recomendadas.

- Ao valor da base selecionada foi aplicada uma Percentagem Base de 3 % para obter a materialidade Global das Demonstrações Financeiras (Mat DFs), estando dentro do Intervalo de Materialidade (1 % - 3 %) recomendado.

- Para obter a materialidade de execução (Mat ET) e o erro tolerável para cada área do balanço, foi aplicado à Materialidade Global (Mat DFs) obtida o fator corretor selecionado (85%).

A materialidade desempenha um papel central na preservação da transparência nos relatórios financeiros. Ao destacar os elementos que podem afetar significativamente a interpretação das demonstrações financeiras, os auditores garantem que a administração da empresa e outros stakeholders estejam plenamente cientes dos impactos potenciais. Isto cria uma base sólida para a confiança no processo de auditoria e nas informações financeiras apresentadas. A visão precisa da situação financeira da empresa, promovida pelo entendimento da materialidade, é crucial para a tomada de decisões informadas pelos investidores, credores e outros interessados. A confiabilidade dos relatórios financeiros é um alicerce essencial para a estabilidade e o sucesso financeiro de uma empresa no mercado.

16.3 Um bom controlo interno facilita a eficiência e eficácia da auditoria.

Dado que a SPM foi utilizada como case study, utilizamos a mesma para exemplificar de que forma esta utiliza o modelo COSO ERM.

A SPM dispõe de um documento do levantamento do controlo interno (realizado com o apoio da equipa de auditoria HLB SVTM) onde são resumidas as informações necessárias para avaliar a eficácia do ambiente de controlo para fins de auditoria e para comunicar alguns assuntos à gerência. Abrange a consciência de controlo e o estilo operacional da gerência (métodos de controlo da gerência, estrutura organizacional e métodos de atribuição de autoridade e responsabilidade, políticas e práticas de pessoal), e outras influências sobre a gerência (gerência, função de auditoria interna e influências externas).

- **Gerência:** a gestão da organização em questão é exercida por 4 membros, sendo que um deles também desempenha a função de Contabilista Certificado na SPM. Isto gera um risco na medida em que, o facto da gerente acumular dois cargos, gerente e contabilista certificada, coloca-a em situação irregular perante a OCC (Ordem dos Contabilistas Certificados).

- **Escritório:**

- em relação aos **salários**, processados pelo contabilista, sabe-se que na SPM existem 2 tipos de funcionários: funcionários designados “normais”, ou seja, têm um vencimento base e nada mais, e os funcionários designados “tarefeiros” que recebem de acordo com a produção realizada no mês.

De salientar que a SPM utiliza o software PHC para o processamento de salários. Este processamento não é integrado automaticamente na contabilidade.

- Sobre a **contabilidade**: confere-se mensalmente os registos contabilísticos e reconciliações bancárias, procede-se à preparação e envio das declarações mensais e anuais (IVA, modelo 22, etc) e elaboram-se mapas de análise de vendas, com detalhe de quantidades vendidas e valores faturados.

A SPM não elabora orçamentos anuais, o que constitui um risco. Além disso, dever-se-ia proceder ao apuramento do custo industrial tendo em vista o melhoramento do controlo de produção. Não estão também definidos modelos de reporte periódico da informação de gestão nem tão pouco a periodicidade desse reporte.

- Os **pagamentos a terceiros** são efetuados por transferência bancária e requer duas autorizações, sendo uma da Gerência. Por norma, este princípio é derogado uma vez que é o contabilista (e também administrados) que procede a ambas autorizações. As faturas “não habituais” carecem de aprovação superior. De salientar que à data o “não habitual” não está definido formalmente, poderá considerar-se novo fornecedor, serviço esporádico, valor elevado, etc. Existem fornecedores cujos pagamentos são efetuados por débito direto, nomeadamente, portagens, combustíveis e eletricidade.

Risco: O facto de ser a mesma pessoa a validar as duas autorizações nos pagamentos pode levar à não deteção de eventuais erros nos pagamentos. As faturas de fornecedores devem ter uma segunda validação. Esta validação deverá ser evidenciada nas faturas.

- **Caixa:** recebem, diariamente, as Faturas e Faturas-Recibo, enviadas pelos encarregados das pedreiras e o respetivo recebimento, procedendo à conferência e posterior depósito bancário. Com base em informação dos movimentos bancários enviada pelo contabilista, procede à emissão de recibos e envio aos clientes. Gestão de cobranças. Com base nas fichas manuais de clientes analisa os que estão em atraso e decide quando fazer a cobrança, com base no conhecimento do cliente.

Risco: Não utilizam o sistema de Fundo Fixo de Caixa, pelo que os montantes recebidos em numerário podem não ser totalmente depositados.

Tal como foi referido anteriormente no enquadramento teórico sobre o controlo interno, deve ser utilizado nas empresas o sistema de fundo fixo de caixa para eficiência operacional, controlo das despesas, melhoria da segurança, entre outros.

Os pagamentos de pequenas importâncias poderiam ser feitos em dinheiro. Para tal dever-se-ia constituir um “Fundo Fixo de Caixa”, o qual deveria ser repostado periodicamente (por exemplo no final de cada semana ou quando o numerário em caixa atinja um limite que se considere mínimo). À medida que cada pagamento fosse feito por caixa, o seu responsável deveria constatar a autenticidade do documento que o origina e verificar se o mesmo foi devidamente aprovado, após isso deveria ser registado na chamada “Folha de Caixa”, depois de lhe ter apostado um carimbo de “PAGO”. No momento da reposição do fundo dever-se-ia emitir um cheque, à ordem do responsável pelo caixa, do valor correspondente aos documentos entretanto pagos. Seria nesta data que os documentos seriam contabilizados.

- **Pedreiras:** cada pedreira tem um encarregado, cujas funções passam por controlo do pessoal no sentido de faltas e produção.

- **Armazém:** o armazém, sito em Custóias, está estrategicamente situado. Junto ao aeroporto e ao porto de Leixões tem a localização que se requer para a expedição da produção.
- **Gestão de stocks:** Mensalmente é retirada a listagem do inventário, por pedreira.
- Sobre os **salários**, mensalmente, o responsável de cada uma das pedreiras envia para o escritório o mapa de produção e quinzenalmente o mapa de presenças, com a informação de produção e faltas de todos os funcionários. Posteriormente o escritório envia estes mapas para o armazém, para um colaborador introduzir a informação no PHC, na ficha de cada funcionário. Depois de tudo introduzido é emitida listagem de Funcionários/Vencimentos e enviada para os Recursos Humanos.

Risco: O facto da informação não estar integrada pode levar a perda de informação. As cópias de segurança estarem guardadas nas próprias instalações sem qualquer segurança leva a que se acontecer um incêndio ou furto perde-se toda a informação. Além disso, não existe a evidência de conferência dos mapas por pessoa independente.

- **Comercial:** após análise de stocks, informam-se de imediato o cliente da capacidade de execução e qual o prazo de entrega da encomenda. Enquanto a encomenda está a ser preparada faz o seu acompanhamento com o objetivo de cumprir o prazo estipulado.

O comercial reúne mensalmente com a Gerência para definição de objetivos e semanalmente analisam a existência, ou não, de desvios. Relativamente às despesas, sempre que existam despesas apresenta-as na empresa que lhe são pagas de imediato.

Risco: As despesas devem ser validadas pela Gerência, pois podem ser pagas despesas não aceites/não combinadas entre as partes.

- **Mecânicos:** todo o processo é informal, ou seja, as necessidades de manutenção são pedidas pelo encarregado das pedreiras. Quando se verifica a necessidade de compra de peças, é efetuado um pedido de compra e entregue a um funcionário.

Risco: Ao não serem validados os pedidos de peças de manutenção, existe uma falha no sistema de controlo interno. Todos os pedidos/notas de encomenda deveriam ser validados/sancionados e só após este procedimento devem ser enviados à responsável pelo aprovisionamento.

O SCI só funcionará se todas as pessoas o conhecerem bem e estiverem alinhadas no cumprimento dos seus objetivos.

Ainda a nível de Controlo Interno, a SPM, relativamente à componente “**Ambiente de Controlo**”, os valores da organização passam por promover uma cultura organizacional que valoriza a integridade, a transparência e a responsabilidade. Ainda é possível presenciar um ambiente de trabalho colaborativo e orientado para o crescimento pessoal e profissional, pois oferecem formação contínua, oportunidades de desenvolvimento de carreira e a possibilidade de trabalhar com tecnologia de ponta.

Além disso, sabe-se que esta entidade tem uma estrutura organizacional clara com responsabilidades definidas para as unidades de negócios e funções de suporte, tal como demonstrado na figura seguinte:

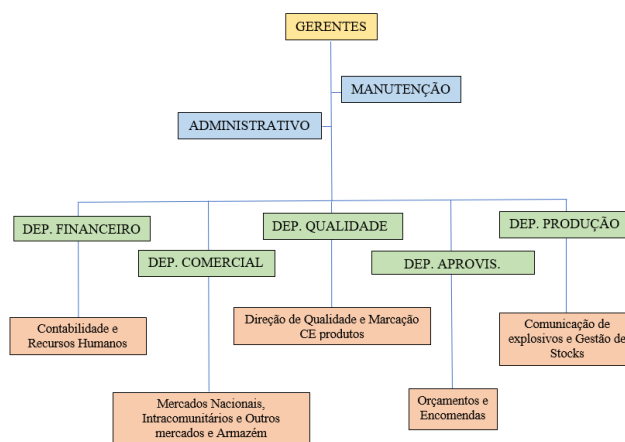


Figura 12 - Organograma da SPM (fonte: criação própria)

O estabelecimento e manutenção de um bom controlo interno desempenham um papel fundamental na dinâmica e eficácia do processo de auditoria. Quando bem estruturado, o controlo interno não apenas fortalece a governação da empresa, mas também se torna um aliado valioso para os auditores, facilitando e potencializando a eficiência e eficácia das auditorias. Ao estabelecer uma base sólida de confiança e integridade nas operações da empresa, os controlos internos contribuem para um processo de auditoria mais suave, permitindo que os auditores se concentrem nas áreas mais críticas e proporcionem avaliações precisas e confiáveis das demonstrações financeiras.

16.4 A sustentabilidade empresarial não é apenas uma questão ética, é também uma estratégia de negócios inteligente que pode gerar vantagens competitivas, melhorar a reputação da marca e atrair investimentos sustentáveis.

Sendo a SPM uma empresa de extração, transformação e comercialização de granito, esta faz parte das organizações em que a sua atividade está mais ligada ao meio ambiente.

Deste modo, a SPM reúne um conjunto de práticas e procedimentos de forma a preocupar-se com o ambiente e a sustentabilidade.

Através da implementação de uma estação de tratamento de águas, a SPM resolveu definitivamente as suas preocupações relacionadas com as águas industriais. Atualmente, o tratamento das águas industriais emergiu como uma das necessidades mais prementes. Preservar os recursos do planeta e tratá-los quando a sua qualidade e utilidade são ameaçadas é uma responsabilidade de todos.

Para a SPM, a prevenção desses recursos é uma prioridade essencial dentro da sua organização. É por isso que a empresa se destaca ao possuir uma estação de tratamento de águas altamente eficiente em sua cadeia, garantindo o respeito pelo meio ambiente e minimizando o seu impacto ao máximo.

Numa das visitas à empresa para realização de atividades de auditoria, foi possível fazer uma visita guiada pela fábrica da SPM. Durante essa visita foi possível observar a Estação

de Tratamento de água. Esta tem o objetivo de reutilizar a água que não é utilizada no processo produtivo e que fica no chão para poder ser utilizada novamente, evitando assim desperdícios.



Figura 13 - Estação tratamento água SPM
(fonte: criação própria)

- **Economia Circular**

Na SPM, a Economia Circular representa um dos pilares centrais da sua abordagem responsável. A empresa reconhece o valor intrínseco dos resíduos inertes provenientes das pedreiras. Em vez de tratá-los como meros descartes, a SPM vê neles uma oportunidade para contribuir ativamente para a sustentabilidade ambiental e o avanço da indústria.

Através de métodos inovadores, esses resíduos são transformados em recursos úteis para outras indústrias, especialmente a construção. Materiais que anteriormente seriam simplesmente descartados passam por um processo de seleção, transformação e reaproveitamento. Esta prática não apenas reduz o desperdício, mas também diminui a procura por recursos naturais, minimizando assim o impacto ambiental.

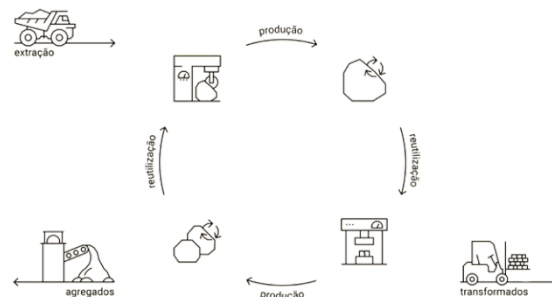


Figura 14 - Economia Circular na SPM (fonte: site SPM)

Com a ajuda da equipa de auditoria, a SPM desenvolveu um leque de medidas a adotar para diminuir a sua poluição ambiental e contribuir para um ambiente mais saudável.

Medidas para a proteção do ambiente: A atividade das pedreiras e anexos, devido principalmente às características e traços dominantes das áreas em que se inserem, não apresentam, de uma forma geral, impactos significativos. Os efeitos que poderão existir dizem respeito exclusivamente à fase de exploração uma vez que todo o equipamento e infraestruturas necessárias à atividade em causa já se encontram instalados.

Algumas medidas adotadas de modo a reduzir certos impactos negativos:

- A nível dos recursos hídricos não se preveem impactos significativos;
- Assegurar uma drenagem correta e eficiente das águas pluviais, assim como garantir que não serão lançados nas linhas de água óleos e/ou outros resíduos;
- Verificar a natureza do mineral a extrair, sempre que se inicie uma nova frente de exploração, e garantir a estabilidade dos taludes;
- Evitar a emissão de poeiras para a atmosfera;
- Serão protegidas as espécies arbóreas existentes na área da pedreira.
- Em termos de ambiente sonoro, os trabalhadores deverão usar obrigatoriamente equipamento para sua proteção;
- As vibrações provocadas pela detonação de explosivos podem ser consideradas de média intensidade, dado os cuidados utilizados em cada pega de tem mostrado valores que ficam muito aquém do máximo admissível. A empresa procede periodicamente ao registo dos valores das vibrações.

A sustentabilidade empresarial eleva a reputação da marca a patamares mais elevados. Empresas comprometidas com a responsabilidade social e ambiental constroem uma imagem positiva, ganhando a confiança não apenas dos consumidores, mas também de parceiros de negócios, colaboradores e stakeholders. Uma reputação sólida e sustentável torna-se um ativo valioso, conferindo à empresa uma posição diferenciada no mercado. Investidores conscientes procuram empresas alinhadas com valores éticos e ambientais, vendo-as como escolhas financeiramente responsáveis e de baixo risco a longo prazo. Além disso, empresas sustentáveis têm acesso privilegiado a fontes de financiamento

comprometidas com a criação de valor não apenas para os acionistas, mas também para a sociedade e o meio ambiente.

Em suma, ao responder a estas perguntas de investigação estaremos a confirmar, ou não, o modelo de análise criado.

17 Validação das questões de investigação

A empresa auditada coloca em prática, muito bem, tudo aquilo que as boas práticas de auditoria abordam, desde o planeamento inicial até à importância de todas as áreas da organização (como foi relatado o exemplo da sustentabilidade) tanto para questões de controlo interno como de risco.

Considerando que criamos 4 Asserções, presentes na tabela 5, é credível afirmar então que com o estágio descrito foi possível confirmar a totalidade das mesmas. Com a descrição feita ao longo do ponto 17, percebemos que todas as asserções feitas pelos autores se aplicaram no decorrer do presente estágio.

Importante ressaltar que as confirmações destas asserções do modelo de análise criado foram constatadas tendo por base o case study da empresa SPM. Isto significa que as afirmações feitas pelos diversos autores mencionados possam não se aplicar a todos os casos práticos e reais das empresas.

18 Conclusão

A auditoria é uma ferramenta vital no mundo dos negócios, oferecendo uma avaliação independente e crítica das demonstrações financeiras de uma organização. O papel do auditor é crucial para garantir a transparência e a precisão das informações contabilísticas apresentadas aos investidores, reguladores e outras partes interessadas.

Para mitigar os riscos e garantir a confiabilidade das informações financeiras, as empresas implementam controlos internos eficazes. Estes controlos internos incluem medidas preventivas e detetivas, como segregação de funções, autorizações de transações, reconciliações bancárias e monitorização contínua.

Ao avaliar o sistema de controlo interno de uma empresa, os auditores procuram garantir que este seja adequado e eficaz na mitigação dos riscos identificados.

Ao longo do estágio observou-se que a revisão da literatura é esclarecedora, pois os tópicos abordados nesse campo do relatório foram aplicados e relevantes durante a realização do trabalho de auditoria na prática. Isto evidenciou a importância do entendimento do negócio para executar o trabalho de maneira planeada e em conformidade com as normas, percebendo a sua influência no planeamento e na perceção/determinação dos riscos por parte do auditor.

Relativamente às fases de auditoria, verificou-se que os conceitos, modelos e processos explicados teoricamente na primeira parte deste relatório são efetivamente aplicados na atividade prática da auditoria.

Com o estágio foi possível constatar ainda que os auditores demonstraram uma preocupação extra em compreender os processos internos de cada entidade. No que diz respeito aos testes realizados nos controlos internos, integrando as atividades teóricas descritas neste relatório de estágio com as experiências práticas obtidas durante o trabalho de campo, é evidente que essa abordagem foi enriquecedora e, acima de tudo, acrescentou valor.

Na Metodologia e Caso Prático, como forma a atingir os objetivos propostos, foi utilizado um modelo misto. Após a definição das asserções, procurou-se confirmar o modelo de análise, tendo esse trabalho envolvido a experiência prática adquirida ao longo do estágio.

Desta forma, podemos concluir que através do método misto adotado verificou-se que as asserções foram plenamente confirmadas, uma vez que se verificou que, para todas as perguntas efetuadas foi comprovado o modelo teórico das mesmas.

Durante o período de estágio na HLB SVTM foi possível aprofundar os temas cruciais da sustentabilidade, gestão de riscos, materialidade e controlo interno. Esta experiência proporcionou uma visão abrangente de como as empresas enfrentam desafios e oportunidades relacionadas com a responsabilidade social e eficiência operacional.

Esta experiência foi enriquecedora não apenas do ponto de vista profissional, mas também no desenvolvimento pessoal. A interação com os meus colegas e ROC proporcionou insights valiosos, aprimorando as minhas habilidades de comunicação e trabalho em equipa. Além disso, a exposição a desafios práticos fortaleceu a minha capacidade analítica.

O trabalho de auditoria é bastante exigente, não só devido aos conhecimentos técnicos necessários, mas também pelos prazos bastantes limitados, que por sua vez implicam uma grande capacidade de gestão do tempo e de saber lidar constantemente com a pressão.

18.1 Limitações

O relatório efetuado teve como base apenas um estágio curricular, desta forma as conclusões obtidas apenas são verídicas para a empresa na qual foi realizado o estágio, deste modo, as conclusões obtidas por este estudo não podem ser generalizadas para outros contextos.

Na última fase do trabalho de auditoria – emissão da CLC – existiu pouca atenção (por falta de tempo) para que essas matérias pudessem ser abordadas, o que fez com que o contacto com o processo de auditoria não fosse feito desde o seu início até ao seu fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, B (2022). Manual de Auditoria Financeira – Uma análise e integrada baseada no risco – 4º edição (Escolar Editora)

Alves, J. (2015). Princípios e praticas de auditoria e revisão de contas (Edições Sílabo)

Baptista da Costa, Carlos (2017). Auditoria Financeira – 11º edição (Rei dos Livros)

Baptista da Costa, Carlos (2011). Casos práticos de auditoria financeira – 6º edição (Rei dos Livros)

Baptista da Costa, Carlos (2010). Auditoria Financeira: Teoria e Prática – 9º edição (Rei dos Livros)

Carnevale, B. (2021). Sustentabilidade empresarial: Como implementar no seu negócio. Factorial. <https://factorialhr.pt/blog/sustentabilidade-empresarial-portugal/>

Cmvm.pt, 2023, www.cmvm.pt/PInstitucional/.

Diretrizes Da Sustentabilidade | Descarbonização • BCSD Portugal. (2020) bcsdportugal.org/diretrizes-da-sustentabilidade-abril-2020/

Ferreira, E., & Santos. (2015). Universidade de Aveiro <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16037/1/O%20sistema%20de%20controlo%20interno%20e%20a%20qualidade%20da>

HLB SVTM | Sociedade de Revisores Oficiais de Contas No Porto.” HLB SVTM, www.hlb.svtm.pt.

IFRS S1 (2023): Requisitos Gerais Para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade

ISA 320 (2009) - Materiality in Planning and Performingan Audit

ISA 200 (2009) - Overall Objectives of the Auditor

ISO 26000:2010 – Social Responsibility <https://www.nqa.com/pt-pt/certification/standards/iso-26000>

Pwc (2024) “Sustainability and Climate Change Services.” PwC. www.pwc.pt/sustentabilidade.

Santos Dias, Sónia (2023). “Novas Normas Do ISSB Visam Apoiar Investimento Sustentável.” www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/governacao/detalhe/novas-normas-do-issb-visam-apoiar-investimento-sustentavel

Sousa, M. J.; Baptista, C. S. (2014). Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios

Sousa Carvalho, Pedro (2023). “Um Guia Para Não Se Perder No Meio Das Diretivas Europeias Sobre Sustentabilidade.”. expresso.pt/sustentabilidade/2023-10-10-Um-guia-para-nao-se-perder-no-meio-das-diretivas-europeias-sobre-sustentabilidade-d881460e

SPM | Sociedade Pedreiras Do Marco.” [SPMLDA, spmlda.pt/](https://spmlda.pt/).

Referências Eletrónicas:

Relatório de Estágio Auditoria Financeira - Soares, Leandro (2022) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, RECIPP

Relatório de Estágio Na Empresa Grupo Manuel Gonçalves S.A - Rocha, Ângela (2023) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, RECIPP

Relatório de estágio numa Sociedade de Revisores de Contas - Oliveira, Ana (2023) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, RECIPP

Mitigação Do Risco de Fraude - Contributo Da Auditoria Interna E Do Controlo Interno - Antunes, José (2022) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, RECIPP

Sustentabilidade Empresarial: Uma Análise Das Consequências Na Estrutura de Custos - Agostinho, Ana (2014) - Instituto Superior de Gestão, RCAAP

A Influência Da Auditoria Externa Na Qualidade Da Informação Financeira Nos Municípios Portugueses - Rei, Ricardo (2015) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, RCIPL

A sustentabilidade empresarial como estratégia na criação de valor - Dias, Tiago (2015) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, RCIPL

O sistema de controlo interno nas instituições financeiras - Loureiro, M. J. (2015) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, RCIPL

Apêndice I – análise de impostos

Empresa: Sociedade de Pedreiras do Marco, Lda
Período: 2023

Mês	IVA Liquidado				IVA Dedutível				O.B.S.	IVA Regularizações		IVA a Pagar	IVA a Reportar	Data Entrega Declaração	Pedido de Reembolso	Validação fluxo financeiro		
	6%	13%	23%	Aq. Intracom.	Imobilizado	Existências	23%	23%		A Favor Empresa	A Favor Estado					Valor recebido	Data de Pagamento /Reembolso	Banco
2022																		
JAN23			-11 684,30	-3 992,04	3 998,68			30 003,09	23 706,34		-464,12	0,00	41 567,65	20/03/2023	41 567,65			
FEV23			-19 558,77	-6 548,05	1 674,80			32 075,23	37 459,96		-739,01	0,00	44 364,16	19/04/2023	44 364,16			
MAF23			-18 260,20	-7 753,78	2 956,41			34 495,98	38 382,18		-558,25	0,00	49 262,34	19/05/2023	49 262,34			
ABR23			-18 269,04	-7 181,14	46 786,03			49 587,78	29 897,17		-8 539,79	0,00	92 281,01	20/06/2023	92 281,01			
MAJ23			-27 218,20	-8 225,88	8 504,67			24 818,98	35 269,72		-101,48	0,00	33 047,81	20/07/2023	33 047,81			
JUN23			-22 083,36	-5 018,70	8 361,44			21 382,52	29 396,05		-627,79	0,00	31 462,82	28/08/2023	31 462,82			
JUL23			-17 995,23	-19 804,57	16 144,86			16 808,59	38 668,94		-59,04	0,00	33 763,55	19/09/2023	33 763,55			
AGO23			-9 845,16	-5 745,35	395,60			12 706,03	25 906,35			0,00	23 417,47	18/10/2023	23 417,47			
SET23			-29 153,78	-5 619,04	6 862,12			27 575,65	39 432,77	12,81	-83,55	0,00	39 026,98	17/11/2023	39 026,98			
OUT23			-54 156,10	-31 801,30	51 435,32			20 616,75	50 476,39		-3 407,11	0,00	33 163,95	20/12/2023	33 163,95			
NOV23			-25 529,74	-17 472,13	-9 894,81			28 262,06	36 719,09		-100,08	0,00	11 984,39	22/01/2024	31 774,01			
DEZ23												0,00	-19 789,62					
TOTAIS	0,00	0,00	-253 753,88	-119 161,98	137 225,12	0,00	0,00	298 332,66	385 314,96	65,47	-14 680,22	0,00	413 552,51					
BASE TRIBUTAVEL	0,00	0,00	-1 103 277,74	-518 095,57	596 630,96	0,00	0,00	1 297 098,52	1 675 282,43	284,65	-83 827,04							
IVA CONTABILIDADE			-253 753,88	-119 161,98	137 225,12			270 070,60	348 595,88	52,66	11 030,44							
BASE CONTABILIDADE			-1 103 277,74					1 174 220,00	1 515 634,26									
DIFERENÇAS NO IVA	[X]	[Y]	[Z]	[W]	[1]	[2]	[3]	-28 262,06	-36 719,08	[5]	-12,81	-3 649,78						

Validação das bases tributáveis - IVA liquidado	
Total base tributável - pelas DP IVA	992 278,87 [X] + [Y] + [Z]
	992 278,87
Aquisições intracomunitárias	442 129,78 [W]
TOTAL [A]	1 434 408,65
Vendas (71)	788 677,22
Prestações de serviços (72)	0,00
Outros rendimentos (78)	952,54
Aq. intracomunitárias (61)	130 838,01
Inversão do sujeito passivo (43+45)	
Aq. intracomunitárias (43+45)	351 718,45
Aq. intracomunitárias (2722)	2 146,52
Aq. intracomunitárias (62)	159 795,09
Aq. intracomunitárias (61)	0,00
Aq. intracomunitárias (68)	105,45
TOTAL [B]	1 434 233,28
DIFERENÇA [C] = [A] - [B]	-175,37

Validação das bases tributáveis - IVA dedutível	
Total base tributável - pelas DP IVA	3 329 506,09 [1] + ... + [5]
TOTAL [A]	3 329 506,09
Existências (31 + 61)	1 174 064,12
Imobilizado (43 + 45 + 271)	622 919,56
Acréscimos OBS (271 a 276)	30 511,95
acréscimos iva	
FSE (62)	880 011,56
Gasóleo 50% (62)	2 203,91
Gasóleo 100% (62)	343 928,99
Outros gastos intracomunitário (68)	
FSE inversão SP (62)	
Outros gastos com pessoal (638)	11 197,66
Outros gastos (68)	496,91
Gastos locações financeiras (25)	208 309,34
Gastos locações financeiras (69)	32 482,70
TOTAL [B]	3 306 126,70
DIFERENÇA [C] = [A] - [B]	23 379,38

Apêndice II – análise DMR

Mês	Rendimentos sujeitos a IRS	Rendimentos não sujeitos	Total Rendimento	Retenções IRS	Contribuições obrigatórias	Data de entrega
1	138 496,28	27 864,06	166 360,34	13 503,00	15 174,22	09/02/2023
2	146 530,09	30 462,38	176 992,47	15 197,00	16 063,38	08/03/2023
3	129 772,04	30 991,14	160 763,18	12 712,00	14 275,04	06/04/2023
4	131 911,14	25 576,59	157 487,73	13 366,00	14 386,56	09/05/2023
5	127 221,64	30 119,71	157 341,35	13 091,00	13 994,46	07/06/2023
6	130 671,48	30 094,02	160 765,50	13 366,00	14 250,23	10/07/2023
7	247 304,44	41 089,62	288 394,06	23 627,00	27 203,56	09/08/2023
8	113 304,82	21 083,49	134 388,31	10 097,00	12 463,63	07/09/2023
9	119 249,43	30 389,61	149 639,04	11 083,00	12 932,16	09/10/2023
10	114 692,45	30 860,30	145 552,75	10 794,00	12 618,95	10/11/2023
11	107 845,40	27 267,58	135 112,98	9 355,00	11 863,04	07/12/2023
12	207 487,36	29 645,09	237 132,45	18 429,00	22 563,50	10/01/2024
TOTAL	1 506 999,21	325 798,50	1 832 797,71	136 836,00	153 362,19	
Contabilidade	1 511 348,34	296 511,52	1 807 859,86	136 860,00	153 362,19	
Diferença	-	4 349,13	24 937,85	-	24,00	-
Observações	Foram deletadas DMR entregues fora do prazo (DMR's referentes aos períodos de 01.2023 a 04.2023). Tratam-se de DMR's de substituição					

Apêndice III – análise dos principais clientes

Empresa: Sociedade das Pedreiras do Marco, Lda

Período: 2023

Índice: A2C

Principais clientes por débitos 10.2023									
Conta	Descrição	Débitos	% no total	Saldo 31.10.2023	% no total	O saldo teve origem em:			Observações
						Divida - 6 meses	Divida + 6 meses	Divida + 1 ano	
211120000412	[REDACTED]	1 527 475,62 €	22,81%	147 674,37 €	19,36%	147 674,37 €	- €	- €	Portugal
211120000097	[REDACTED]	1 352 320,13 €	20,19%	98 049,46 €	12,85%	19 382,02 €	- €	- €	Portugal
211120000026	[REDACTED]	774 297,26 €	11,56%	18 708,63 €	2,45%	18 500,48 €	- €	- €	Alemanha
211120000012	[REDACTED]	672 898,90 €	10,05%	53 454,32 €	7,01%	58 102,03 €	- €	- €	Holanda
211120000020	[REDACTED]	419 618,43 €	6,27%	109 918,54 €	14,41%	8 426,02 €	- €	- €	Dinamarca
211130000018	[REDACTED]	257 973,08 €	3,85%	7 245,83 €	0,95%	49 619,24 €	- €	- €	Bélgica
211120000131	[REDACTED]	232 337,01 €	3,47%	19 880,79 €	2,61%	73 113,46 €	- €	- €	Irlanda
211130000023	[REDACTED]	230 647,33 €	3,44%	15 183,00 €	1,99%				Suécia
211110000411	[REDACTED]	135 083,68 €	2,02%	33 992,01 €	4,46%				Noruega
211110000091	[REDACTED]	108 035,58 €	1,61%	7 847,21 €	1,03%	96 578,29 €	- €	- €	Noruega
	Outros:	986 563,67 €	14,73%	250 857,98 €	32,89%				
Total:		6 697 250,69 €		762 812,14 €					

Principais clientes por saldos 10.2023									
Conta	Descrição	Débitos	% no total	Saldo 31.10.2023	% no total	O saldo teve origem em:			Observações
						Divida - 6 meses	Divida + 6 meses	Divida + 1 ano	
211110000132	[REDACTED]	53 014,14 €	0,79%	19 040,25 €	2,50%	19 382,02 €	- €	- €	Portugal
211110000411	[REDACTED]	135 083,68 €	2,02%	33 992,01 €	4,46%	- €	- €	158 533,19 €	Portugal
211110100661	[REDACTED]	- €	0,00%	158 533,19 €	20,78%	- €	- €	17 533,12 €	Portugal
211120000012	[REDACTED]	672 898,90 €	10,05%	53 454,32 €	7,01%	18 500,48 €	- €	- €	Alemanha
211120000020	[REDACTED]	419 618,43 €	6,27%	109 918,54 €	14,41%	58 102,03 €	- €	- €	Holanda
211120000026	[REDACTED]	774 297,26 €	11,56%	18 708,63 €	2,45%	49 619,24 €	- €	- €	Bélgica
211120000097	[REDACTED]	1 352 320,13 €	20,19%	98 049,46 €	12,85%	73 113,46 €	- €	- €	Irlanda
211120000131	[REDACTED]	232 337,01 €	3,47%	19 880,79 €	2,61%	- €	- €	17 000,00 €	Espanha
211120000412	[REDACTED]	1 527 475,62 €	22,81%	147 674,37 €	19,36%	96 578,29 €	- €	- €	Noruega
211130000416	[REDACTED]	24 115,00 €	0,36%	57 895,00 €	7,59%	5 106,80 €	52 788,20 €	- €	Marrocos
	Outros	1 506 090,52 €	22,49%	45 665,58 €	5,99%				
Total:		6 697 250,69 €		762 812,14 €					

Clientes com saldo contrário									
Conta	Descrição	Débitos	% no total	Saldo 31.10.2023	% no total	Divida - 6 meses	Divida + 6 meses	Divida + 1 ano	Observações
211110000050	[REDACTED]	- €	0,00%	255,29 €	0,00%	- €	255,29 €	- €	Portugal
211110000478	[REDACTED]	- €	0,00%	1 000,00 €	-0,01%	- €	1 000,00 €	- €	Portugal
211110000621	[REDACTED]	- €	0,00%	315,32 €	0,00%	- €	315,32 €	- €	Portugal
211120000056	[REDACTED]	72 471,87 €	1,08%	3 022,36 €	-0,05%				
211130000420	[REDACTED]	- €	0,00%	7 040,65 €	-0,11%	- €	7 040,65 €	- €	Marrocos
Total:		72 471,87 €		- 11 633,62 €					

Apêndice IV – checklist validação das DF



Checklist de validação da informação divulgada nas demonstrações financeiras

Cliente: _____ Ano: _____
 Prepared by: _____ Data: _____
 Reviewed by: _____ Data: _____

Demonstração financeira / descrição	Observações
1. Balanço: 1.1 Títulos / cabeçalhos 1.2 Denominação atualizada das rubricas 1.3 Apresentação corrente / Não corrente	
2. Demonstração dos Resultados 2.1 Títulos / Cabeçalhos 2.2 Denominação atualizada das rubricas 2.3 Apresentação / compensação	
3. DACP: 3.1 Títulos / Cabeçalhos 3.2 Denominação atualizada das rubricas 3.3 Correta elaboração	
4. DFC: 4.1 Títulos / Cabeçalhos 4.2 Denominação atualizada das rubricas 4.3 Correta elaboração	

Observações: As notas 1 a 4 do anexo devem ser sempre mantidas. As restantes serão incluídas sempre que sejam aplicáveis a cada entidade.

A seguinte ~~checklist~~ não dispensa a consulta do modelo de **Notas** constante do anexo 6 da portaria nº 220/2015 de 24 de julho para obtenção do detalhe de divulgação em cada nota.

3 - Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória 3.1 — Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados. 3.6 — As primeiras DF de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras DF apresentadas.	
4 - Principais políticas contabilísticas / NCRF1 4.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das DF. 4.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes. – Verificação da descrição de todas a políticas aplicáveis. 4.3 — Juízos de valor, que o órgão de gestão fez e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas DF. 4.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos. 4.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos.	
5 - Fluxos de caixa 5.1 — Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. 5.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários. 5.4 — Indicação das transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.	
6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 6.1 — Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros. 6.2 — Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros: 6.3 — Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos: 6.4 — Erros materiais de períodos anteriores	
7 - Partes relacionadas 7.1 — Relacionamento com empresas -mãe: 7.2 — Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão): 7.3 — Transações entre partes relacionadas. 7.4 — Quantia dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação das taxas de juro, das condições principais e dos montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia, assim como os compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria. 7.5 — Quando se trate de DF consolidadas, a divulgação dos montantes das remunerações e dos adiantamentos e créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção e de supervisão, só deve ser feita para os montantes concedidos pela empresa-mãe e pelas suas empresas aos MOE da empresa-mãe. 7.6 — Identificação e quantificação, de entre as transações divulgadas em 6.3, das transações feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes (apenas se tais termos puderem ser comprovados). 7.7 — Quando se trate de entidades ligadas à administração pública, as divulgações terão em conta o estabelecido nos parágrafos 20 a 22 da NCRF 5 — Divulgações de Partes Relacionadas	

Apêndice V – análise dos financiamentos



Empresa: Sociedade das Pedreiras do Marco, SA
Período: 2023

Banco de Portugal 10.2023

Banco	Produto Financeiro	Total em dívida	Periodicidade	Prestação	Início
[REDACTED]	Confirming	46 097,81 €	Outros	- €	17/12/2019
	Financiamento à atividade empresarial	14 219,46 €	Mensal	2 887,99 €	24/03/2020
	Financiamento à atividade empresarial	306 799,93 €	Mensal	9 317,57 €	26/01/2021
	Locação financeira mobiliária	39 666,92 €	Mensal	1 098,71 €	23/02/2022
	Crédito renovável - conta corrente bancária	10 000,00 €	Outros	- €	28/04/2022
	Financiamento à atividade empresarial		Mensal		12/07/2022
	Financiamento à atividade empresarial		Mensal		19/07/2022
	Financiamento à atividade empresarial		Mensal		04/08/2022
	Financiamento à atividade empresarial		Mensal		19/10/2022
	Financiamento à atividade empresarial		Mensal		30/11/2022
Financiamento à atividade empresarial		Mensal		16/12/2022	

Apêndice VI – relatório de inventários



Cliente: Sociedade das Pedreiras de Marco, Lda.	Ano: 2023	D-101
Elaborado por: RS		

OBSERVAÇÃO DA INVENTARIAÇÃO FÍSICA DAS EXISTÊNCIAS

Localização das instalações e/ou departamentos visitados	Breve descrição das existências inventariadas
Alpendorada. Não foram efetuados testes aos inventários nas restantes localizações.	Blocos; Rachados; Serrados.

Data(s) e hora(s) da inventariação efectuada pelo cliente _____

Data(s) e hora(s) da nossa presença nas contagens 16/01/2024 (entre as 14:30h e as 17h) _____

Nome(s) do pessoal de auditoria que assistiu Daniela Santos e Rita Sousa _____

Nome(s) do pessoal do cliente responsável pela organização / supervisão da inventariação _____

[REDACTED] Armazém dos serrados _____

[REDACTED] Pedreira + Rachados _____

I. Controle Geral de Existências e Preparação das Contagens

1. As existências armazenadas estão:

(a) Disposas de forma ordenada para facilidade de contagem?

(b) Facilmente identificáveis?

2. As condições de armazenagem proporcionam protecção contra:

(a) Deterioração?

(b) Acesso a pessoas não autorizadas?

3. É mantido um controle das existências independente dos registos do armazém?

4. A produção foi suspensa durante a contagem?

5. Os itens de produtos em curso de fabrico foram inventariados em pontos de "cut-off" identificados?

6. Os registos de existências estavam actualizados à data da inventariação?

II. Pessoal Responsável pela Contagem

1. As contagens foram realizadas por pessoas que não são normalmente responsáveis pela salvaguarda física das existências?

2. Quem realizou as contagens tinha suficiente conhecimento dos artigos de forma a assegurar uma contagem exacta, bem como identificar existências obsoletas e danificadas?

3. As existências foram contadas, de forma independente, por mais de uma pessoa?

4. A contagem efectuada foi adequadamente supervisionada?

III. Instruções

1. (a) Foram emitidas instruções escritas para todos os intervenientes, antes da inventariação?

(b) Se não existem instruções escritas, houve alguma reunião preparatória?

Apêndice VII – resumo processo de auditoria



Empresa: Sociedade das Pedreiras do Marco

Período: 2023

Equipa: Maria Fernandes, Daniela Santos e Rita Sousa

I. PENDENTENS

1. Caixa e depósitos bancários

Caixa

Não foram encontrados movimentos acima de 1.000,00€ sem encontro de contas.

2. Clientes

Quem são os maiores clientes?

Em termos de **ventas**, o principal cliente SPM é St Eriks com um valor de 1.527.475,62€.

Conta	Descrição	Débitos
211120000412		1.527.475,62 €
211120000097		1.352.320,13 €
211120000026		774.297,26 €
211120000012		672.898,90 €
211120000020		419.618,43 €
211130000018		257.973,08 €
211120000131		232.337,01 €
211130000023		230.647,33 €
211110000411		135.083,68 €
211110000091		108.035,58 €
	Outros:	986.563,67 €
	Total:	6.697.250,69 €

4. Estado e outros entes públicos

IVA

Foram entregues dentro do prazo?

Todas as declarações foram entregues dentro do prazo não havendo atrasos.

As bases coincidem com a contabilidade?

Sim

Os apuramentos contabilísticos batem certo com as DPIVA?

Sim. Foram realizados os cálculos do IVA liquidado, dedutível e regularizações com base nos valores do diário da contabilidade e verificou-se que os dados da contabilidade estão em conformidade com os valores apresentados nas DPIVA.

IRS (retenções)

Todas as declarações foram entregues dentro do prazo. Os valores das contas 2421, 2422 e 2424 vão de encontro aos valores apresentados nas declarações.

5. Financiamentos obtidos

Foram analisados os financiamentos obtidos pela SPM e confirmou-se que os valores dos mapas do Banco de Portugal vão de encontro aos da contabilidade. As poucas diferenças apresentadas podem estar relacionadas com valores de IVA.